



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 212/2015 (Autoria do Poder Executivo)

Criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adoção de outras providências.

TÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI

Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

§ 1º Os valores espontaneamente denunciados poderão ser pagos com os benefícios previstos neste artigo.

§ 2º Os honorários advocatícios para os créditos tributários ajuizados e quitados com os benefícios desta Lei ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito tributário.

§ 3º Para liquidação das parcelas, serão aplicados juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento).

§ 5º O ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 6º A Secretaria de Estado da Fazenda poderá afastar a exigência prevista no § 5º deste artigo caso o sujeito passivo não possua, justificadamente, conta corrente em instituição bancária conveniada.

§ 7º O disposto neste artigo:

I – se aplica aos créditos tributários em que sejam exigidas as penalidades previstas no § 1º do art. 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, inclusive as dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea “a” do inciso XIII, alínea “g” do inciso XV e alíneas “b” e “c” do inciso XVII, e as penalidades correlatas das leis ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM; e

II – não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas e não se aplica cumulativamente com a redução das multas de que trata o art. 40 da Lei nº 11.580, de 1996, e nem com outros benefícios anteriormente concedidos.

§ 8º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo.

Art. 2º A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Parágrafo único. O ingresso no programa dar-se-á por formalização da opção do contribuinte e da homologação do fisco no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Art. 3º Implica revogação do parcelamento:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

III - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado; e

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º O contribuinte poderá optar por pagar a parte do crédito tributário lançado que reconhecer devida, mantendo a discussão sobre o restante.

§ 1º Caso opte pelo pagamento de parte do débito, o contribuinte deverá informar ao fisco, até a data determinada pelo Poder Executivo, o valor que pretende liquidar, a data-base e o respectivo valor original.

§ 2º A partir dos dados fornecidos pelo contribuinte, o fisco emitirá um demonstrativo de atualização monetária e dos juros, em duas vias, sendo a primeira via juntada aos autos do processo administrativo fiscal e a outra entregue ao requerente, como informação dos valores a pagar.

Art. 5º Os benefícios previstos no art. 1º desta Lei prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA INCENTIVADO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PPD

Art. 6º Institui o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD, para a liquidação de débitos referidos no art. 7º desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

Art. 7º Os benefícios concedidos na forma do art. 8º e 9º desta Lei aplicam-se aos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e aos de natureza não-tributária vencidos até 31 de dezembro de 2014, referentes:

I - ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

II - ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;

III - a taxas de qualquer espécie e origem;

IV - a multas administrativas de natureza não-tributária de qualquer origem;

V - a multas contratuais de qualquer espécie e origem;

VI - à reposição de vencimentos de servidores de qualquer categoria funcional; e

VII - a ressarcimentos ou restituições de qualquer espécie e origem.

Parágrafo único. Poderão também ser incluídos no PPD débitos que se encontrarem nas seguintes situações:

I - valores informados pelo devedor, relacionados a obrigações vencidas até 31 de dezembro de 2014;

II - saldo de parcelamento rescindido; e

III - saldo de parcelamento em andamento.

Art. 8º O beneficiário do PPD poderá recolher o débito consolidado, com os descontos de que trata o art. 9º desta Lei:

I - em uma única vez; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I - R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas físicas; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), para pessoas jurídicas.

§ 2º Será exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3º A Secretaria de Estado da Fazenda poderá afastar a exigência prevista no § 2º deste artigo caso o sujeito passivo não possua, justificadamente, conta corrente em instituição bancária conveniada.

Art. 9º Os descontos concedidos na liquidação dos débitos são os abaixo indicados:

I - relativamente ao débito tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% (quarenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, nas hipóteses de parcelamento;

II - relativamente ao débito não-tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, nas hipóteses de parcelamento.

Parágrafo único. Os honorários advocatícios para os créditos tributários e não tributários ajuizados ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito.

Art. 10. Para efeito do Programa previsto no art. 6º desta Lei, considera-se débito:

I - tributário, a soma do tributo, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação;

II - não-tributário, a soma do débito principal, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação; e

III - consolidado, o somatório dos débitos, tributários e

não-tributários, selecionados pelo beneficiário para inclusão no PPD.

Art. 11. O prazo para adesão ao PPD bem como os prazos para pagamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 12. O parcelamento ou o pagamento em parcela única, relativamente aos componentes tributários ou não-tributários do débito consolidado:

I - expressa confissão irrevogável e irretratável; e

II - implica renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

§ 1º A desistência das ações judiciais e dos embargos à execução fiscal deverá ser comprovada, no prazo de sessenta dias contados da data do recolhimento da primeira parcela ou da parcela única, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas.

§ 2º Os documentos destinados a comprovar a desistência mencionada no §1º deste artigo deverão ser entregues na Procuradoria-Geral do Estado.

§ 3º O recolhimento efetuado, integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do Fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente.

Art. 13. O parcelamento previsto nesta Lei será considerado:

I - celebrado, após a adesão ao programa, com o recolhimento da primeira parcela no prazo fixado nesta Lei; e

II - rompido, na hipótese de:

a) inobservância de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei;

b) inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

c) falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado;

d) descumprimento de outras condições a serem

estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda ou pela Procuradoria-Geral do Estado.

Parágrafo único. O parcelamento rescindido:

I - implica imediato cancelamento dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei, reincorporando-se integralmente ao débito tributário ou não-tributário objeto do benefício os valores reduzidos e tornando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação;

II - acarretará, conforme o caso:

a) em se tratando de débito não inscrito em dívida ativa, a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal ou o protesto da Certidão de Dívida Ativa; e

b) em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento da execução fiscal.

Art. 14. Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento).

Art. 15. A concessão dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de importância recolhida anteriormente ao início da vigência desta Lei.

Art. 16. Poderá ser abatido do débito a ser recolhido na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei o valor dos depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo referente aos débitos incluídos no parcelamento, sendo que eventual saldo em favor:

I - do Fisco, permanecerá no referido parcelamento; e

II - do beneficiário, ser-lhe-á restituído.

§ 1º Para fins do abatimento previsto neste artigo, o beneficiário deverá:

I - informar o valor atualizado dos depósitos judiciais existentes; e

II - autorizar a Procuradoria-Geral do Estado a efetuar o levantamento dos depósitos judiciais nos autos da ação em que foram realizados.

§ 2º Cópia da autorização a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverá ser entregue na Procuradoria-Geral do Estado

instruída com o comprovante do valor depositado, no prazo de sessenta dias contados da celebração do parcelamento ou do recolhimento da parcela única.

§ 3º O abatimento de que trata este artigo será definitivo, ainda que o parcelamento venha a ser rompido.

Art. 17. No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Acresce os incisos XXIII ao § 1º e o § 9º ao art. 55 da Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:

“XXIII - de 20 UPF/PR (vinte Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná), por mês de apuração do imposto, ao contribuinte que não transmitir a Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, ou transmiti-la indevidamente sem movimento ou com omissão de dados obrigatórios, ou com dados incorretos, incompletos ou inverídicos.”

“§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinentes a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital.(NR)”

Art. 19. O art. 52 da Lei nº 11.580, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda poderá determinar regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes, visando ao cumprimento de obrigações, conforme definido pelo Poder Executivo.

§ 1º Considera-se devedor contumaz o contribuinte que:

I - considerando cada estabelecimento, deixar de recolher o ICMS declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA/ICMS, Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária – GIA-ST ou apurado por meio da Escrituração Fiscal Digital - EFD, no todo ou em parte, relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo; ou

II - considerando todos os estabelecimentos da empresa, tiver créditos tributários inscritos em dívida ativa em valor superior a:

- a) 30% (trinta por cento) do patrimônio da empresa; ou
- b) 30% (trinta por cento) do faturamento anual declarado em GIA/ICMS, em GIA-ST ou em EFD.

§ 2º Não serão computados, para efeitos deste artigo, os créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do Código Tributário Nacional.

§ 3º O regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento consiste na aplicação, isolada ou cumulativamente, das seguintes medidas, além das demais previstas nesta Lei:

I - impedimento à utilização de benefícios ou incentivos fiscais relativamente ao ICMS;

II - exigência, a cada operação ou prestação, do pagamento do tributo correspondente, inclusive o devido por substituição tributária, anteriormente à emissão do documento fiscal, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto;

III - inclusão automática na programação de fiscalização; e

IV - autorização prévia e individual para emissão de notas fiscais.

§ 4º O regime especial de que trata este artigo não dispensa o contribuinte do cumprimento das demais obrigações acessórias e não elide a aplicação de outras medidas que visem garantir o recebimento dos créditos tributários, como:

I - arrolamento administrativo de bens;

II - proposição de Ações Cautelares Fiscais;

III - representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária, econômica ou delito de outra natureza; e

IV - cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, conforme previsto em decreto do Poder Executivo.

§ 5º O contribuinte deixará de ser considerado devedor contumaz se os débitos que motivaram essa condição forem

extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa. (NR)''

Art. 20. O arrolamento de bens e direitos poderá ser procedido após a constituição do crédito tributário e até o início da execução fiscal, por Delegado da Receita, mediante proposta de Auditor Fiscal, sempre que a soma dos créditos de responsabilidade do sujeito passivo exceder, cumulativamente:

I - 30% (trinta por cento) do seu patrimônio; e

II - 10.000 UPF/PR (dez mil Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

§ 1º Não serão computados na soma dos créditos tributários aqueles para os quais exista depósito administrativo ou judicial.

§ 2º Na hipótese de o sujeito passivo se tratar de pessoa física, deverão ser identificados inclusive os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com cláusula de incomunicabilidade.

§ 3º Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo deverá ser considerado individualmente, por sujeito passivo, a soma dos créditos sob a sua responsabilidade e o seu patrimônio.

§ 4º Na hipótese de responsabilidade prevista nos arts. 133 e 134 do Código Tributário Nacional - CTN (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), somente serão arrolados os bens e direitos dos responsáveis se o patrimônio do contribuinte não for suficiente para a satisfação do crédito tributário.

Art. 21. Para os efeitos do arrolamento administrativo, patrimônio será:

I - relativamente à pessoa jurídica, a totalidade de bens e direitos constantes de seu ativo não circulante, conforme balanço patrimonial mais recente, ou aqueles constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

II - tratando-se de pessoa física, inclusive o empresário, a totalidade de bens e direitos constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a meação relativamente aos bens e direitos comuns do casal.

Parágrafo único. Para os efeitos do arrolamento, bem como do cálculo do percentual a que se refere o inciso I do art. 20 desta Lei, identificados indícios de sonegação de informações no balanço patrimonial ou na declaração apresentada à Secretaria da Receita

Federal, serão verificadas outras fontes disponíveis, tais como certidões de registro de imóveis, certificado de registro de veículos, aeronaves, embarcações e de propriedade industrial.

Art. 22. O arrolamento administrativo também poderá ocorrer por iniciativa do sujeito passivo.

Art. 23. O ato de arrolamento indicará os créditos tributários aos quais está vinculado.

§ 1º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário fica obrigado a comunicar, no prazo de cinco dias, à repartição fazendária de seu domicílio tributário, a alienação, a oneração ou a transferência a qualquer título, dos bens e dos direitos arrolados.

§ 2º Implicará requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo:

I - o descumprimento da formalidade prevista no § 1º deste artigo; e

II - a falta de substituição dos bens e direitos constantes no termo de arrolamento concomitantemente a sua alienação, oneração ou transferência, a qualquer título.

Art. 24. O ato de arrolamento deve ser registrado:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados; e

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 1º Ficam os cartórios, registros, órgãos e entidades mencionados neste artigo obrigados a comunicar à Coordenação da Receita do Estado, até o dia trinta de cada mês, a ocorrência de alienação, de transferência ou de oneração dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.

§ 2º Ficam isentos do pagamento de custas ou emolumentos os serviços de averbação e registro de que trata este artigo, bem como o fornecimento de certidão ou relação de bens e direitos pelos órgãos competentes.

§ 3º Fica a critério do sujeito passivo, a expensas dele, requerer, anualmente, aos órgãos de registro público onde os bens e direitos estiverem arrolados, por petição fundamentada, avaliação dos referidos ativos, por perito indicado pelo próprio órgão de registro, a identificar o valor justo dos bens e direitos arrolados.

Art. 25. Nos casos de extinção, nulidade, improcedência ou retificação do lançamento do crédito tributário vinculado ao arrolamento, em valor que implique redução da soma dos créditos tributários para montante que não justifique a manutenção do arrolamento, a Coordenação da Receita do Estado comunicará o fato ao cartório ou entidade competente de registro e controle em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, para que sejam cancelados os efeitos do arrolamento.

Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário vinculado ao arrolamento ter sido liquidado ou garantido, após o ajuizamento da ação judicial, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a comunicação a que se refere o *caput* será feita pela Procuradoria-Geral do Estado.

TÍTULO II DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Art. 26. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à Sociedade de Propósito Específico a que se refere o art. 32 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

3º No caso de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, na forma do *caput* deste artigo, observar-se-á impreterivelmente o princípio da legalidade.

Art. 27. A cessão do direito creditório:

I - não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório, que manterá suas garantias e privilégios;

II - não alterará as condições de pagamento, os critérios de atualização e a data de vencimento; e

III - não transferirá a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanecerá sob responsabilidade da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 28. Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

Art. 29. O cessionário não poderá transferir o direito creditório adquirido nos termos desta Lei, salvo com anuência expressa do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 30. A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção pelo Estado, perante o cessionário ou terceiros quanto à responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

Parágrafo único. Os resultados decorrentes das operações previstas neste Título deverão ser investidos exclusivamente em obras de infraestrutura e logística.

Art. 31. Nos procedimentos necessários à formalização da cessão de direito creditório de que trata esta Lei, o Estado deverá preservar o sigilo em relação a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros, bem como quanto à natureza e o estado dos respectivos negócios ou atividades.

Art. 32. Autoriza o Poder Executivo a constituir Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de sociedade por ações, com maioria do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e

implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado, através de parceiro privado escolhido nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

§ 1º A sociedade de propósito específico de que trata o *caput* deste artigo não poderá receber do Estado recursos financeiros para o custeio em geral, incluída a despesa com pessoal, não podendo, em nenhuma hipótese, ser caracterizada como empresa dependente do tesouro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante, o Poder Executivo poderá abrir o capital da sociedade de que trata este artigo, observando-se, para tanto, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinados à integralização do capital social da sociedade por ações mencionada no *caput* deste artigo.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Até a implantação do Cadin Estadual, a concessão de alvará, licença ou autorização decorrente ou não do Poder de Polícia Estadual ficará condicionada à apresentação da Certidão Negativa de Tributos Estaduais.

Art. 34. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, a adequação, complementação e a fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas.

Art. 35. Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, nos termos da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Art. 36. A autorização para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense

de Energia - Copel poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira.

Art. 37. O art. 6º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as de Parcerias Público-Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder Executivo. (NR)"

Art. 38. O recolhimento de taxas e de outras receitas públicas no Estado do Paraná será efetuado exclusivamente por meio de guia única de recolhimento.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá o cronograma e demais regras para implantação do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 39. O art. 2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo consignados no orçamento fiscal, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais, excetuando-se de tais disposições o Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei terão vigência no exercício e eventual *superávit* financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 1988. (NR)"

Art. 40. Altera a Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013:

I – o § 2º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de recursos vinculados de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – acresce os §§ 5º e 6º ao art. 2º com a seguinte redação:

"§ 5º Os recursos transferidos ao SIGERFI PARANÁ referentes a recursos livres serão incorporados ao saldo do Tesouro Geral do Estado.

§ 6º Os saldos de recursos referentes às fontes vinculadas de receita e o *superávit* financeiro dos fundos estaduais, à exceção daqueles regulamentados ou exigidos por lei federal, apurados ao final de cada exercício serão automaticamente incorporados ao Tesouro Geral do Estado. (NR)''

Art. 41. Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na data de publicação desta Lei.

Art. 42. Fica reduzida em até R\$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R\$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela '5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22º de julho de 2013.º

Art. 43. Ficam acrescentados os art. 4º-A e 4º-B à Lei nº 14.160, de 16 de outubro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O Poder Executivo poderá autorizar tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS, visando garantir à competitividade da produção e da comercialização paranaense.(NR)

Art. 4º-B Ficam convalidados os atos realizados que estejam em acordo com o disposto nesta Lei.(NR)''

Art. 44. Altera os seguintes artigos da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965:

I – o *caput* e o § 1º do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A COHAPAR será administrada por Diretoria composta na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º O mandato dos Diretores será de acordo com o previsto na Lei Federal nº 6.404, de 1976."

II – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Conselho Fiscal será composto na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 1976.(NR)''

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revoga:

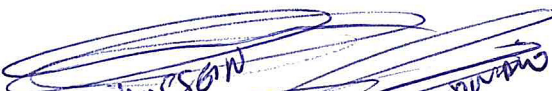

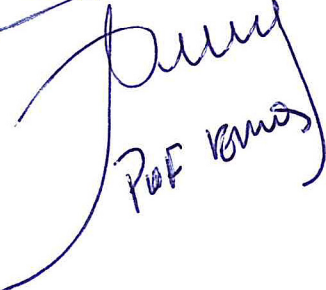
I - o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;

II - o art. 3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.


Presidente


Relator 




Pof (vms)

PROJETO DE LEI 252/2015

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 O Conselho de Administração será integrado por 10 (dez) Conselheiros efetivos e 10 (dez) suplentes, todos escolhidos dentre agentes públicos estaduais portadores de diploma universitário.

§ 1º Os Conselheiros serão indicados na forma a seguir descrita:

a) 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes indicados pelo Governador do Estado do Paraná;

b) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

c) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

d) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Ministério Público;

e) 4 (quatro) efetivos e 4 (quatro) suplentes eleitos diretamente pelos servidores públicos efetivos do Estado do Paraná;

f) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente eleitos diretamente pelos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

§ 2º As indicações a que se refere o parágrafo anterior, serão feitas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos respectivos Conselheiros antecessores.

§ 3º Na hipótese de não atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a escolha dos Conselheiros a que se refere o § 1º deste artigo passará à competência do Governador do Estado.

§ 4º Os servidores efetivos, assim como os aposentados e pensionistas, escolherão seus representantes em processo eleitoral a ser regulado pelas entidades sindicais representantes dos servidores públicos estaduais do Paraná.

§ 5º O Governador do Estado escolherá o presidente do Conselho de Administração dentre os 10 (dez) Conselheiros titulares indicados na forma do § 1º deste artigo.”;

II – o § 1º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O presidente do Conselho terá voz e voto, além do voto de qualidade no caso de empate.”;

III – o art. 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 O Conselho Fiscal será integrado por 8 (oito) Conselheiros efetivos e 8 (oito) suplentes, todos servidores públicos efetivos portadores de diploma universitário, observado o seguinte:

I – 1 (um) efetivo e (1) um suplente indicados pelo Governador do Estado;

II - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Tribunal de Justiça do Paraná;

III - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Ministério Público Estadual;

IV - 1 (um) efetivo e 1(um) suplente indicados pela Assembleia Legislativa do Paraná;

V - 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes eleitos diretamente pelos servidores públicos efetivos do Estado do Paraná;

VI - 1(um) efetivo e 1 (um) suplente eleitos diretamente pelos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

§ 1º Os servidores efetivos, assim como os aposentados e pensionistas, escolherão seus representantes em processo eleitoral a ser regulado pelas



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

entidades sindicais representativas dos servidores públicos estaduais do Paraná.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 3º Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) de remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

§ 4º O Governador do Estado escolherá o presidente do Conselho Fiscal dentre os 8 (oito) Conselheiros titulares indicados na forma do *caput* deste artigo.

§ 5º O presidente do Conselho terá voz e voto, além do voto de qualidade no caso de empate."

Art. 2º A Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º – A Parana Previdência, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, constitui-se, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

§ 1º Para a perfeita consecução de suas finalidades, a Parana Previdência celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Os convênios a serem firmados com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado disporão, dentre outras questões, sobre o fluxo de tramitação dos processos de aposentadorias, respeitando a autonomia financeira e administrativa de cada qual, por meio de cláusulas que observem as prerrogativas de:

I – conceder aposentadorias, mediante regular procedimento administrativo;

II – gerar a folha de pagamentos das aposentadorias; e

III – requisitar junto à Parana Previdência os recursos necessários para o adimplemento da folha de pagamentos de aposentadorias dos segurados e

beneficiários vinculados ao Fundo de Previdência, os quais serão entregues na data a que se refere o art. 136 da Constituição do Estado do Paraná.”;

II – o art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003, bem como aqueles que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três) anos até 30 de junho de 2015.

§ 1º Os benefícios concedidos aos segurados e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência.

§ 2º Em razão do novo critério de segregação de massa, o Fundo de Previdência arcará com os benefícios previdenciários de que trata o *caput* deste artigo, referentes a cada um dos Poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, observada a cota-parte de cada qual.

§ 3º Levando-se em conta todos os bens e direitos do Fundo de Previdência, a ParanaPrevidência, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, deverá apresentar demonstrativo da cota-parte correspondente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, junto ao Fundo de Previdência, desde maio de 1999 até a publicação desta Lei.

§ 4º Consideram-se bens e direitos do fundo, para os fins da apuração a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, o total dos recursos existentes, incluindo todos os valores, recursos financeiros, títulos e direitos de crédito e bens disponíveis, dentre os quais os créditos que o Fundo de Previdência possui junto ao Estado do Paraná e às suas autarquias e fundações, assim como os montantes que foram aportados em decorrência da antecipação dos *royalties*.

§ 5º Para apuração da devida cota-parte, conforme disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, deverão ser considerados todos os fatores que contribuíram para a formação do montante de recursos capitalizados no Fundo de Previdência na data de publicação desta Lei.

§ 6º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior a ParanaPrevidência emitirá Nota Técnica Atuarial descritiva com os parâmetros utilizados para obtenção dos resultados.”;

III – o art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos civis, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003, excluídos aqueles que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três) anos até 30 de junho de 2015. (NR)”

IV – acresce os §§ 3º, 4º e 5º ao art. 20, com a seguinte redação:

§ 3º Antes de quaisquer alterações na Política de Recursos Humanos do Estado, no que concerne à seguridade funcional, estas serão submetidas aos necessários estudos atuariais e a adaptação do Plano de Benefícios Previdenciários pela ParanaPrevidência.

§ 4º O órgão gestor do RPPS estadual será responsável pelo controle de arrecadação da Contribuição Previdenciária de todos os servidores civis e militares, ativos e da reserva remunerada ou reformados, bem como dos pensionistas, inscritos no Regime Próprio de Previdência Social.

§ 5º Em razão das alterações decorrentes da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012 e da presente Lei, a ParanaPrevidência, mediante o envio dos respectivos cadastros pelos órgãos de origem, promoverá anualmente a atualização das listas de vinculação de todos os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, magistrados, membros do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas, ativos e inativos, e militares ativos e da reserva remunerada ou reformados, ao respectivo Fundo Público de Natureza Previdenciária.”

Art. 3º O Estado do Paraná aportará no Fundo de Previdência, para a capitalização e ampliação do período de solvência, as receitas adicionais provenientes do reinício do repasse ao Estado dos royalties da usina de Itaipu, até a totalização do aporte de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), atualizados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 4º Será criado um grupo de trabalho, com participação paritária de representantes dos servidores públicos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público, com o objetivo de discutir matérias pertinentes ao aperfeiçoamento do Regime Próprio de Previdência Social, bem como o Regime de Previdência Complementar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 6º Revoga o § 3º do art. 30 da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.



I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, 07/04/2015

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07 ABR. 2015

[Assinatura]

1º Secretário

MENSAGEM

Nº 016/2015

Curitiba, 06 de abril de 2015.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

1. Breve Histórico do Modelo Previdenciário Paranaense

Em 15 de dezembro de 1998 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 20, dando início a chamada “Reforma da Previdência”, concluída pelas Emendas Constitucionais nº 41/03, 47/05 e 70/12. A partir de então, o regime de previdência próprio dos servidores passou a ser contributivo e solidário, consoante dispõe o artigo 40, *caput*:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Em consonância com aqueles princípios que almejavam preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, referida emenda também introduziu o artigo 249 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre a composição do fundo capitalizado com vistas a, em adição aos recursos do tesouro, assegurar recursos para pagamento de proventos de aposentadoria e pensões:

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Nesse sentido a Lei Federal nº 9.717/98 veio estabelecer as regras gerais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos de todos os entes federativos, dispondo sobre a sua organização e gestão, que devem ser fundadas em normas gerais de contabilidade e atuária, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial.

O equilíbrio financeiro e atuarial alcança, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu art. 69 determina: *"O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial."*

Pode-se afirmar, portanto, que o buscado equilíbrio financeiro e atuarial depende de questões técnicas, que somente podem ser analisadas de acordo com as normas contábeis e atuariais, as quais tem por objetivo a sustentabilidade do sistema previdenciário, no presente e no futuro. Vale dizer, esse equilíbrio financeiro e atuarial deve ser perene.

Diante deste cenário nacional, e com base nestes artigos da Constituição, o estado do Paraná saiu na frente e logo em 30 de dezembro de 1998 aprovou a lei paranaense nº 12.398/98 – que criou a PARANAPREVIDÊNCIA como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Paraná (RPPS), bem como iniciou a constituição das reservas do Fundo de Previdência, através de contribuições previdenciárias, aportes, *royalties* e doações levados a efeito pelo Estado do Paraná.

Na exposição de motivos da Lei-PR 12.398/98 extrai-se a importante motivação que refletia o cenário a justificar a postura do Estado:

"A constatação preocupante é o crescimento vertiginosos dessa despesas em relação às despesas totais com pessoal, vislumbrando-se, para um futuro próximo, a igualdade entre o que se pagará para os ativos e o que se gastará com inativos."

No Paraná, a situação não é diferente. A parcela da Receita Corrente Líquida destinada a pagamento de despesas com pessoal (ativos, inativos e pensionistas) atingiu 74,68% em dezembro de 1996. Do total das despesas com pessoal, as despesas com inativos e pensionistas representavam 30,23%, e da receita corrente líquida representam 21,20%. Em setembro de 1997 já eram 31,20% do total das despesas com pessoal. Independentemente do percentual, causa preocupação a velocidade de crescimento real anual (acima da inflação) das despesas totais com pessoal, que tem sido da ordem de 15,13% e, principalmente das despesas com inativos, numa grandeza de 16,5% ao ano.

Em realista projeção efetuada temos que, em aproximadamente 7 anos, ou seja, antes do final do ano de 2004, as despesas totais com pessoal poderão chegar a 100% da receita corrente líquida."

Nessa esteira, sobreveio a segregação de massas, que consistia na vinculação de parte dos servidores a um fundo de repartição simples (fundo financeiro) e um outro grupo de servidores a um fundo capitalizado (fundo de previdência).

O critério para divisão das massas foi assim: Fundo de Previdência: Homens com idade inferior a 50 anos e mulheres com idade inferior a 45. O Fundo Financeiro era o responsável pela massa restante.

O fundo financeiro deveria se extinguir ao longo do tempo, enquanto o fundo capitalizado é perene, em constante busca do equilíbrio financeiro e atuarial.

2 . Da revisão do Plano de Custeio (2012)

Durante a evolução do plano alguns fatores exigiram a sua revisão. Por diversos anos, o egrégio Tribunal de Contas do Paraná bem como o Ministério da Previdência Social apontaram pela necessidade de revisão do custeio, em razão do crescente desequilíbrio atuarial que no final de 2011 foi registrado em mais de R\$ 7 Bilhões. Se nada fosse feito, o plano se extinguiria em 2021.

Assim, em 2012, visando atender reiteradas ressalvas e determinações do e. Tribunal de Contas do Estado, o plano de custeio foi reestruturado, derivando na edição da Lei Paranaense nº 17.435.

Novo plano de custeio foi confeccionado, com novo corte de massas além da criação do Fundo Militar que passou a vincular todos militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados.

Em síntese, o novo corte de massas teve como critério a data de ingresso do servidor no serviço público. Quem ingressou após 31 de dezembro de 2003 estará vinculado ao Fundo de Previdência. Os que ingressaram antes daquela data ficaram vinculados ao Fundo Financeiro.

Vale ressaltar que essa reestruturação do Plano de Custeio ocorrida, além das correções pontuais, permite a atual remodelação do corte de massas existente, com base no necessário reequilíbrio das contas.

O Plano de Custeio encontra-se equilibrado atuarialmente, estando o Fundo de Previdência superavitário. Com isto, novos estudos podem ser realizados para aferir a capacidade de assunção de novas obrigações pelo Fundo de Previdência.

Assim, em virtude do cenário de crise econômica nacional e, sobretudo, sendo o Estado do Paraná o ente da federação que possui o maior patrimônio previdenciário constituído (sequer a União ou então o estado de São



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Paulo possui patrimônio previdenciário constituído) é que foi produzida a presente proposta de projeto de lei.

3. Do novo corte de Massas. Desoneração do Tesouro. Finalidade do Fundo de Previdência. Sustentabilidade e equilíbrio atuarial

É certo dizer, que o Fundo de Previdência possui como razão de existir a sustentabilidade, e, o escopo finalístico de desonerar o Estado do pagamento dos aposentados, pensionistas, militares da reserva e reformados.

Nesse sentir é que a PARANAPREVIDÊNCIA mantém permanentemente uma equipe de técnica e atuarial com vistas a acompanhar a evolução e manutenção do plano de custeio.

Assim, diante de novo estudo atuarial, surge a presente proposta de migração de parte da massa que se encontra atualmente vinculada ao Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, sempre respeitando critérios de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro e atuarial insculpidos do artigo 40, caput da Carta Magna.

Em termos práticos, a massa consistiria nos servidores civis aposentados e pensionistas que possuam 73 anos completos ou mais, na data da publicação da presente lei, que passariam a estar vinculados ao Fundo de Previdência.

Os reflexos imediatos seriam:

- 1- Redução da folha mensal do fundo financeiro em aproximadamente R\$ 142,5 milhões;
- 2- Preservação do fundo capitalizado;
- 3- Manutenção do equilíbrio atuarial - art. 40 da Constituição Federal e art. 1º da Lei 9.717;
- 4- Solvência de 29 anos - dentro de um nível justificável;
- 5- Custeio suplementar necessário a partir de 21 anos;
- 6- Financiamento do custo suplementar amparado pelo art. 20 da Lei nº 17.435/2012
- 7- Probabilidade de necessidade de ingresso de novos recursos ou aportes
- 8- Mantém o mesmo plano de custeio - Lei nº 17.435/2012

Tal proposta, além da baliza atuarial, também possui espeque na legislação de regência, a saber, o artigo 20, §1º da Portaria nº 403 do MPS, que permite a conjugação de critérios (idade, ingresso e condição de ativo/inativo/pensionista).



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Em suma, o presente Anteprojeto de Lei almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageie os equilíbrios financeiros e atuariais.

Por derradeiro, não obstante todas as dificuldades acima relatadas, a Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Paraná continuará honrando seus compromissos, sempre buscando o aperfeiçoamento da legislação previdenciária, aprimoramento da gestão e o desenho de um modelo previdenciário equilibrado financeira e atuarialmente, além de viável do ponto de vista da sociedade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 12398 - 30 de Dezembro de 1998

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 5405 de 30 de Dezembro de 1998

(vide Lei 12825, de 28/12/1999) (vide ADIN 1956-2)

Súmula: Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE em serviço social autônomo, denominado PARANAPREVIDÊNCIA e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DO SISTEMA DE SEGURIDADE FUNCIONAL DO ESTADO CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÃO INTRODUTÓRIA

Art. 1º. Fica criado o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, de que são beneficiários, nos termos desta Lei, os agentes públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.

TÍTULO II DA SEGURIDADE FUNCIONAL CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, autarquia criada pela Lei Estadual nº. 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é transformado em instituição, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, com a denominação de PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 3º. A PARANAPREVIDÊNCIA será ente de cooperação governamental, no cumprimento, pelo Estado do Paraná, de suas obrigações de Seguridade Funcional, e terá por finalidade gerir o respectivo Sistema, segundo regime de benefícios e serviços previsto nesta Lei.

Art. 4º. A PARANAPREVIDÊNCIA terá como sede e foro a Capital do Estado, e sua duração será por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DA VINCULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Art. 5º. A PARANAPREVIDÊNCIA vincular-se-á, por cooperação ao Governo do Estado através do Secretário Especial para Assuntos de Previdência, que supervisionará a execução do Contrato de Gestão a ser celebrado entre ela e o Estado do Paraná, observado o disposto nesta Lei no Estatuto da Instituição.

Art. 6º. Preservada a autonomia da PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão a que se refere o artigo anterior, terá por finalidade:

a) estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão da Instituição, nos campos administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro;

b) fixar metas;

c) estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da PARANAPREVIDÊNCIA;

d) avaliar desempenho, com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, e atendimento aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis;

e) preceituar parâmetros para a contratação, gestão e dispensa de pessoal, sob o regime trabalhista, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

f) formalizar outras cláusulas, conforme previsto em dispositivos desta Lei.

Art. 7º. Competirá ao Secretário Especial para Assuntos de Previdência, em relação a PARANAPREVIDÊNCIA:

I - promover os atos necessários à alteração da natureza jurídica do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, determinada por esta Lei, mediante:

a) formalização do respectivo Estatuto, segundo textos previamente submetidos ao Governador do Estado, e por este aprovados;

b) registro do instrumento referido na alínea anterior, no Ofício das Pessoas Jurídicas;

~~**II** - homologar, para o fim de conferir-lhes eficácia, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i e m, do inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta Lei;~~

II - homologar, para o fim de conferir-lhes eficácia, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i, j, k e l, do inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta Lei;
(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)

III - celebrar, com a PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão;

IV - Encaminhar as contas anuais da Instituição ao Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente, bem como da deliberação, a respeito, do Conselho de Administração.

V - apreciar e enviar ao Governador do Estado, para aprovação, após ouvido o Conselho de Administração, propostas de alteração do Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA e do Contrato de Gestão, promovendo a ulterior formalização das modificações;

VI - praticar os demais atos previstos por esta Lei como de sua competência.

Parágrafo único. O Contrato de Gestão de que trata o inciso III não poderá ter fins financeiros.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DOS ÓRGÃOS

Art. 8º. A PARANAPREVIDÊNCIA contará, em sua estrutura administrativa, com os seguintes órgãos:

I - Conselho de Administração, como órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior;

II - Conselho Diretor, como órgão executivo, composto por:

a) Diretor-Presidente;

b) Diretor de Administração;

c) Diretor de Previdência;

d) Diretor de Finanças e Patrimônio;

e) Diretor Jurídico;

~~**f)** Diretor de Serviços Médico-Hospitalares;~~
(Revogado pela Lei 17435 de 21/12/2012)

III - Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização e controle interno.

Art. 9º. Os Presidentes de Conselho e Conselheiros serão nomeados e os Diretores do Órgão Executivo

serão designados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 06 (seis) anos, podendo ser reconduzidos.



§ 1º. O primeiro mandato da metade do número de integrantes do Conselho de Administração e da maioria simples do Conselho Fiscal, bem como dos respectivos suplentes, será de 3 (três) anos, na forma do que dispuser o Estatuto.

§ 2º. A titularidade das funções dos Diretores, bem como dos Presidentes de Conselho e dos Conselheiros de escolha do Governador do Estado e do Secretário Especial para Assuntos de Previdência, cessará, antes do prazo estabelecido neste artigo, com o término do mandato do Governador que procedeu à respectiva designação.

§ 3º. Quando for requisito de investidura, como Diretor ou Conselheiro, a condição de segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, a perda da mesma acarretará a extinção do mandato ou função.

§ 4º. Em qualquer hipótese, o Diretor, Presidente de Conselho ou Conselheiro permanecerá no exercício da função, até que seu sucessor assuma.

§ 5º. Os Diretores, Presidentes de Conselho e Conselheiros serão civil e criminalmente de forma pessoal e solidaria, responsáveis pelos atos lesivos que praticarem, com dolo, desídia ou fraude, aplicando-se-lhes, no que couber, o disposto no Art. 8º. da Lei Federal nº. 9.717. de 27 de novembro de 1998.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. O Conselho de Administração será integrado por seu Presidente, por 10 (dez) Conselheiros efetivos e 5 (cinco) suplentes, todos escolhidos dentre pessoas com formação superior e de reconhecida capacidade em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, direito, medicina ou engenharia.

§ 1º. Serão de livre escolha do Governador do Estado o Presidente do Conselho, 3 (três) Conselheiros efetivos, dos quais 1 (um) militar do Estado e 01 (um) servidor inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA e 2 (dois) Conselheiros suplentes.

§ 2º. O Secretário Especial para Assuntos de Previdência indicará, dentre os servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, 01 (um) Conselheiro efetivo e 01 (um) suplente.

§ 3º. Segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência em conjunto com os sindicatos e as entidades representativas dos servidores públicos estaduais, os servidores ativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, elegerão, dentre si, 01 (um) Conselheiro efetivo e 01 (um) suplente.

§ 4º. Nos mesmos termos do parágrafo anterior, caberá aos servidores inativos e pensionista, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, eleger, dentre si, de 01 (um) Conselheiro efetivo e 1(um) suplente.

§ 5º. Os demais Conselheiros serão assim indicados:
(Incluído pela Lei 12556 de 25/05/1999)

~~a) § 5º. Os demais Conselheiros serão assim indicados:~~

~~a) 1 (um) efetivo, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;~~
~~(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)~~

~~b) 1 (um) efetivo, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;~~

~~b) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;~~
~~(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)~~

~~c) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;~~

~~c) 1 (um) efetivo, pelo Ministério Público; e~~
~~(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)~~

~~d) 1 (um) efetivo, pelo Ministério Público e,~~

~~d) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná.~~
~~(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)~~

~~e) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná.
(Revogado pela Lei 12556 de 25/05/1999)~~



§ 6º. As indicações a que se referem o parágrafo anterior, serão feitas no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

a) a contar da comunicação formalizada, pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, aos órgãos, instituições e interessados legitimados para a escolha, no tocante à primeira composição do Conselho;

b) antes do término do mandato dos respectivos Conselheiros antecessores, nas composições subsequentes.

§ 7º. Na hipótese de não atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a escolha dos Conselheiros a que os mesmos se referem passará à competência do Governador do Estado.

§ 8º. Para poderem ser indicados como integrantes do Conselho de Administração, os servidores públicos do Estado do Paraná deverão contar com, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo exercício em cargo público estadual.

Art. 11. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros, e deliberará por maioria simples dos presentes, salvo exceção prevista nesta Lei.

☐ **§ 1º.** O Presidente do Conselho terá voz e voto, inclusive o de desempate.

§ 2º. O Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA participará das reuniões do Conselho, com direito a voz, mas sem voto.

§ 3º. Os Conselheiros efetivos perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração do Diretor-Presidente.

Art. 12. Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar:

a) o Regimento Interno da PARANAPREVIDÊNCIA;

b) as Diretrizes Gerais de atuação da PARANAPREVIDENCIA;

c) o Contrato de Gestão e sua alterações;

d) a Nota Técnica Atuarial e a Regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-Hospitalares, de Custeio, e de Aplicações e Investimentos;

☐ **e)** o Orçamento anual e o plurianual;

f) o Plano de Contas;

g) as Normas de Administração e o Plano de Cargos e Salários do pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA;

h) o Regulamento de Compras e Contratações, em todas as suas modalidades;

i) o valor da remuneração dos Diretores, que não poderá ser superior aos praticados pelo mercado dos Fundos de Pensões Brasileiro;

j) o Parecer Atuarial do exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-Hospitalares;

k) o Relatório Anual da Diretoria;

l) os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais da Instituição;

II - autorizar a aceitação de bens oferecidos, pelo Estado, a título de dotação patrimonial, nos termos do Art. 85, e seus parágrafos;

III - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo;

IV - manifestar-se, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a proposta de alteração do Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA;

V - pronunciar-se sobre qualquer outro assunto, de interesse da PARANAPREVIDÊNCIA, e que lhe seja submetido pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA ou pelo Conselho Fiscal;

VI - praticar os demais atos atribuídos, por esta Lei, à sua competência.

SEÇÃO III DAS DIRETORIAS

~~**Art. 13.** Os Diretores serão indicados, ao Governador do Estado, pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior e atuação anterior na mesma área ou em outra afim, sendo os Diretores de Administração e Jurídico, obrigatoriamente escolhidos entre os servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.~~

Art. 13. Os Diretores serão indicados, ao Governador do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior, sendo dois deles, obrigatoriamente, escolhidos dentre servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

(Redação dada pela Lei 15525 de 11/06/2007)

Parágrafo único. Não poderão ser designados para as funções de Diretoria profissionais que tenham parentesco até o terceiro grau com membros do Conselho de Administração e Fiscal ou com ocupantes de cargos de confiança, símbolo DAS, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 14. Ao Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA compete:

I - representar a Instituição;

II - coordenar as Diretorias da PARANAPREVIDÊNCIA, presidindo sus reuniões conjuntas;

III - elaborar o Orçamento anual e plurianual da PARANAPREVIDÊNCIA;

IV - autorizar, conjuntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos dos FUNDOS e com os do Patrimônio Geral da PARANAPREVIDÊNCIA, atendido o disposto no Art. 32, e seus parágrafos, e o Plano de Aplicação e Investimentos;

V - celebrar, em nome da PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

VI - praticar, conjuntamente com o Diretor de Administração, os atos relativos a admissão, dispensa, promoção, licenciamento e punição de pessoal, bem como o de pedido de colocação de terceiros à disposição da PARANAPREVIDÊNCIA;

VII - praticar, conjuntamente com o Diretor de Previdência, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários;

VIII - encaminhar as contas anuais da Instituição, para a deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos Pareceres do Conselho-Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente;

IX - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência;

X - exercer competência residual, quando inexistir atribuição específica de órgão da estrutura administrativa da Instituição.

Parágrafo único. Nas reuniões da Diretoria, inclusive para deliberação sobre o relatório e a prestação de contas anuais, aplicar-se-á, no que couber, o estatuído pelo Art. 11, *caput*, e § 1º.

Art. 15. Ao Diretor de Administração competem as matérias concernentes aos recursos humanos e aos serviços gerais e de informática, inclusive quando prestados por terceiros.

Art. 16. Ao Diretor de Previdência competem as ações referentes à inscrição e ao cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas; ao processamento das concessões de benefícios previdenciários e das respectivas folhas de pagamento; os cálculos atuariais e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Benefícios Previdenciários e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.



Art. 17. Ao Diretor de Finanças e Patrimônio competem as ações de gestão orçamentária, de planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil e às aplicações e investimentos, e a gerência dos bens pertencentes a PARANAPREVIDÊNCIA, velando por sua integridade.



~~**Art. 18.** Ao Diretor Jurídico compete a representação judicial da PARANAPREVIDÊNCIA, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos à Instituição, a emissão de pareceres conclusivos acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas, assim como as atividades de natureza técnico-jurídica em geral.~~

Art. 18. Ao Diretor Jurídico compete a representação judicial da PARANAPREVIDÊNCIA, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos a Instituição, a emissão de pareceres acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas, assim como as atividades de natureza técnico-jurídica em geral.

(Redação dada pela Lei 15525 de 11/06/2007)

~~**Art. 19.** Ao Diretor de Serviços Médico-Hospitalares competem as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta Lei, inclusive quando prestados por terceiros e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Atendimento Médico-Hospitalar e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.~~

~~**Art. 19.** Ao Diretor de Serviços Médico-Hospitalares competem as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta Lei, inclusive quando prestados por terceiros e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Serviços Médico-Hospitalares e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.~~

(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999) (Revogado pela Lei 17435 de 21/12/2012)

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O Conselho Fiscal compor-se-á de seu Presidente, de 6 (seis) Conselheiros efetivos e 3 (três) suplentes, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica, e experiência na área ou em outra afim, observado o seguinte:

I - o Presidente, e respectivo suplente, serão de livre escolha do Governador do Estado;

II - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente serão indicados pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência;

III - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente serão indicados pelo Conselho de Administração;

IV - Segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência em conjunto com os sindicatos e as entidades representativas dos servidores públicos estaduais, os servidores ativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, indicarão, dentre si, 01 (um) Conselheiro efetivo.

V - Nos mesmos termos do inciso anterior, caberá aos servidores inativos e pensionistas, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, indicar 01 (um) Conselheiro efetivo.

VI - 1 (um) efetivo será indicado pela Assembléia Legislativa;

VII - 1 (um) efetivo será indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1º. Os Conselheiros a que se referem os incisos II, IV e V deverão ser escolhidos, obrigatoriamente, dentre servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, atendido o requisito prescrito pelo § 8º do Art. 10.

§ 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 3º. Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

§ 4º. O Presidente do Conselho terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

Art. 21. É da competência do Conselho Fiscal:

I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais da Instituição, encaminhando-os ao Conselho de Administração, para deliberação;

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar



Página para Impressão

Exibir Ato

Lei 17435 - 21 de Dezembro de 2012

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 8864 de 21 de Dezembro de 2012

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Beneficiários e do Gestor do Regime Próprio de Previdência Social

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná compreende o Plano de Benefícios a ser estabelecido com observância das normas constitucionais e o Plano de Custeio que passa a ser fixado nos termos desta Lei.

§ 1º São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, bem como os inativos, dependentes e pensionistas.

§ 2º O Estado do Paraná será responsável pela execução do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, adotando procedimentos que lhe assegurem equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º A PARANAPREVIDÊNCIA, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, se constitui, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Para a perfeita consecução de suas finalidades, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II

Do Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Seção Única

Dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Art. 3º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná será financiado mediante segregação de massas, por meio de Fundos Públicos de Natureza Previdenciária constituídos pelo Estado com base na disposição contida no art. 249 da Constituição Federal, assim considerados: o Fundo de Previdência, o Fundo Financeiro e o Fundo Militar.

~~**§ 1º** Os Fundos Públicos de que trata o caput deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica e se destinam, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, sendo-lhes destinados recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.~~

§ 1º As contribuições e os recursos vinculados aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários, ressalvadas as despesas administrativas nos termos do inciso III do art. 1º, combinado com o inciso VIII do art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

§ 2º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária ficam sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA e, em hipótese alguma, poderão ser confundidos com os demais recursos estatais e tampouco com o patrimônio próprio do Órgão Gestor.



§ 3º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária de que trata esta Lei, dada a sua natureza, afetação, origem e finalidade, gozam, nos termos do art. 150, inciso VI, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, de imunidade tributária.

§ 4º. Os Fundos Públicos de que trata o caput deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica sendolhes vertidos recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 4º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão financiados da seguinte forma:

I - o Fundo de Previdência pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão;

II - os Fundos Financeiro e Militar pelo regime financeiro de repartição simples para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva, reforma e pensão.

§ 1º Independentemente do Fundo a que estejam vinculados, os benefícios assistenciais devidos a servidores devem ser processados e custeados diretamente pelo Estado.

§ 2º O processo de adoção gradual do Regime Financeiro de Capitalização e de formação do Fundo de Previdência deverá ser estabelecido a partir das receitas de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado do Paraná e de critérios de solvência atuarial mínima indicados nas avaliações atuariais de cada exercício.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA poderão a qualquer tempo promover encontro de contas, utilizando-se dos mesmos índices econômicos e financeiros, para ajuste de quaisquer débitos.

Art. 5º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão compostos:

I - por transferências em espécie apuradas nos termos desta Lei, a partir da receita de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado, acrescidas da respectiva contrapartida, a título de contribuição do ente público, e dos demais recursos a serem repassados, nos termos desta Lei, pelo Tesouro do Estado;

II - por recursos oriundos da compensação previdenciária realizada na forma da Lei, havidos de benefícios devidos aos servidores civis e militares que lhes sejam vinculados;

III - pelo produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos.

§ 1º Atendidas as disposições legais pertinentes, o Fundo de Previdência será composto, além do previsto nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

a) por doações e dações efetivadas pelo Estado e que especificamente lhes forem destinadas;

b) por aluguéis, royalties, ativos públicos diversos e outros rendimentos derivados dos bens a eles vinculados, inclusive os decorrentes de alienações;

c) pelos demais bens, ativos e recursos orçamentários e extraorçamentários que lhes forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA;

§ 2º Na integralização dos ativos a que se refere este artigo, devem ser observados os limites fixados em legislação federal e o disposto nos arts. 12 e 21, ambos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 6º As transferências descritas no inciso I do art. 5º poderão ser antecipadas sempre que a solvência atuarial mínima assim exigir.

Art. 7º Observado o disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei, o Estado poderá fazer, a título de dotação patrimonial e financeira, dações e doações em favor do Fundo de Previdência de que trata esta Lei, procedendo-as mediante transferência de bens imóveis, móveis, títulos, ações, direitos creditórios e participações, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º Quando se tratar de dação ou doação de ações, seu preço será apurado junto aos Mercados Organizados.

§ 2º Quando se tratar de dação ou doação de imóveis e outros ativos, será processada a respectiva avaliação mediante critérios técnicos e legais aplicáveis.

§ 3º Os bens objeto de dação ou doação, oferecidos pelo Estado ou por outrem, somente serão aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA caso se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação federal, na Política de Investimentos do Órgão Gestor e desde que se revistam de liquidez e rentabilidade e se encontrem em situação de regularidade dominial.

§ 4º O prazo para a deliberação do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será de noventa dias contados da formalização da oferta, prorrogável por igual prazo mediante justificativa e, havendo aceite, o Estado terá igual prazo, contado da notificação de aceitação, para concretizar a transferência em favor do Fundo de Previdência.

§ 5º O valor das dações e doações feitas pelo Estado e incorporadas ao Fundo de Previdência será considerado na avaliação atuarial de cada exercício, sem prejuízo do limite mínimo, também atuarialmente fixado, da necessidade de transferências em espécie a que se refere o inciso I do art. 5º desta Lei.

Art. 8º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, constituídos por esta Lei, atenderão exclusivamente ao pagamento dos respectivos benefícios previdenciários.

§ 1º Cabe aos Poderes ou Órgãos do Estado que administram orçamento próprio a responsabilidade pelo pagamento das respectivas dívidas pretéritas ou diferenças que decorram de decisões administrativas ou judiciais.

§ 2º Em relação ao Fundo de Previdência, o impacto financeiro e atuarial decorrente da implantação das diferenças a que alude o § 1º deste artigo deverá ser apurado com vistas ao equacionamento de eventual déficit atuarial.

Art. 9º Observado o disposto no art. 24 desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA realizará avaliações atuariais quando do encerramento de cada exercício.

§ 1º Nas avaliações atuariais de que trata este artigo, e observado o disposto nesta Lei, serão reavaliados e indicados os valores para as transferências em espécie que serão efetivadas mensalmente pelo Estado e, nos mesmos termos, se procederá a análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários.

§ 2º Os valores referentes às transferências em espécie, para composição do Fundo de Previdência e ao pagamento dos benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar deverão obrigatoriamente estar previstos no Orçamento Geral do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, proporcionalmente nas respectivas dotações orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 10. As aplicações e investimentos, a serem efetuados pela PARANAPREVIDÊNCIA com os recursos que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e economicidade e obedecerão às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a partir das quais será elaborada a Política de Investimentos, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo único. Não incidirão nas aplicações, investimentos, alienações, locações e outras contratações realizadas com os ativos, que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, as normas federais e estaduais que disponham sobre licitação.

Art. 11. Observado o disposto no artigo anterior, as aplicações e investimentos efetuados com os ativos dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária deverão buscar a rentabilidade atuarial mínima estabelecida nas avaliações atuariais de cada exercício.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, a PARANAPREVIDÊNCIA contará com um Comitê de Investimentos, com finalidade consultiva, cuja composição e funcionamento será estabelecida em seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Da Destinação dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Seção I

Do Fundo de Previdência

Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos



segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003.



Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência.

Seção II

Do Fundo Financeiro

Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo Financeiro e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo Financeiro.

Seção III

Fundo Militar

Art. 14. O Fundo Militar atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, da data de ingresso ou de concessão do benefício.

Parágrafo único. O Fundo Militar atenderá, inclusive, ao pagamento de benefícios aos pensionistas dos militares do Estado.

CAPÍTULO IV

Das Contribuições Previdenciárias

Art. 15. A contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, dos magistrados, dos membros do Ministério Público, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos militares da ativa, em favor do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, será de 11% (onze por cento) a incidir sobre a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, da graduação ou do posto, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, fixados em Lei.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo deverá ser recolhida ao Tesouro Estadual e comporá o Orçamento Geral do Estado.

~~**§ 2º** Nas hipóteses de acumulação de cargos, cargos e proventos, ou proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.~~

§ 2º Nas hipóteses de acumulação de cargos ou de cargos e proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.

(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

§ 3º A contribuição de que trata este artigo incide sobre a gratificação natalina.

§ 4º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, o servidor poderá optar por proceder ao recolhimento da contribuição previdenciária a que estiver obrigado nos termos desta Lei, cabendo-lhe ainda, o recolhimento da contrapartida da contribuição previdenciária de que trata o art. 16.

§ 5º Nos casos de afastamento para o exercício de mandato eletivo ou cessão sem ônus para o Estado, fica mantida a vinculação com o Regime Próprio da Previdência do Estado, mediante o repasse, pelo órgão em que estiver em exercício, de ambas as cotas das contribuições previdenciárias de que trata o art. 16.

§ 6º Os aposentados e os pensionistas do Estado, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público e Polícia Militar, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)

§ 7º. Nos casos de acumulação remunerada de aposentadorias e/ou pensões, considerar-se-á, para fins de cálculo da contribuição de que trata o § 6º deste artigo, o somatório dos valores percebidos, de forma que a parcela remuneratória imune incida uma única vez.
(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)



§ 8º. A contribuição prevista no § 6º, não incidirá sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.
(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 16. O Estado do Paraná será responsável pela respectiva contrapartida de contribuição mensal em montante igual à contribuição que arrecadar, nos termos do artigo anterior.

~~**§ 1º** A contrapartida de contribuição de que trata o caput deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.~~

§ 1º A contrapartida de contribuição de que trata o caput deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das Instituições de Ensino Superior e demais órgãos do Poder Executivo que possuam recursos próprios.
(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

~~**§ 2º** A não realização da contrapartida de que trata o parágrafo anterior, bem como o não repasse, ao Tesouro do Estado, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais do mês subsequente.~~

§ 2º A não realização da contrapartida de que trata o § 1º deste artigo, bem como o não repasse, aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autorizam a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais do mês subsequente.
(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 17. O total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos segurados e, quando couber dos pensionistas, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor, deverá ser destinado, exclusiva e integralmente, ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, mediante transferências aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, a ser processado nos termos estabelecidos por esta Lei.

CAPÍTULO V

Da Composição dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Seção I

Da Composição do Fundo de Previdência

Art. 18. Para composição do Fundo de Previdência, as transferências em espécie, de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei, serão apuradas com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo e de sua respectiva contrapartida de no mínimo igual valor.

~~**§ 1º** O Estado transferirá, ainda, mensalmente, em espécie e a título de custeio adicional, o valor apurado mediante a incidência do percentual de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários custeados pelo Fundo de Previdência.~~

§ 1º Toda e qualquer contribuição vertida para o Fundo de Previdência deverá ser utilizada para o pagamento dos benefícios previdenciários de segurados e beneficiários vinculados a esse Fundo, ressalvada a utilização dos recursos para o custeio das despesas de manutenção, que será caracterizada como Taxa de Administração, nos termos do inciso III do art. 1º, combinado com o inciso VIII do art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 1998.
(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

~~§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.~~



§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas, Instituições de Ensino Superior e demais órgãos do Poder Executivo que possuam recursos próprios diretamente ao Fundo de Previdência, de forma impreterível até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de competência.

(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 19. As transferências em espécie previstas no caput do art. 18 dar-se-ão de forma escalonada e progressiva, e iniciar-se-á mediante a utilização do percentual de 100% (cem por cento) a incidir sobre a contribuição arrecadada para este Fundo.

§ 1º O percentual estabelecido no caput será acrescido, a cada ano, à razão de 5% (cinco por cento), até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 2º A progressão de que trata o parágrafo anterior poderá ser revista, segundo critérios que forem indicados nas Avaliações Atuariais de cada exercício.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, proceder-se-á a modificação da progressão sempre que isso for apontado pelos índices de liquidez e solvência do Fundo de Previdência, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 20. Considerados os pressupostos de capacidade financeira e orçamentária do Estado do Paraná e os critérios de solvência atuarial de que trata o art. 4º desta Lei, o Estado também transferirá, para composição do Fundo de Previdência, a título de custeio suplementar, valores em espécie, que forem apurados, atuarialmente, pelo decremento ou diminuição de seu compromisso para com a folha de pagamento de benefícios do Fundo Financeiro.

§ 1º A fixação do termo inicial do aporte dos valores de que trata o caput deverá se dar a partir do momento em que as avaliações atuariais indiquem que o critério de solvência estabelecido não possa ser mantido sem o aporte dos recursos relativos ao custeio suplementar de que trata este dispositivo.

§ 2º Observado o disposto no art. 16 e parágrafos desta Lei, os valores dos repasses em espécie de que trata este artigo correrão à conta de dotação orçamentária própria, devendo ser inseridos, nas Leis Orçamentárias do Estado e repassados, à PARANAPREVIDÊNCIA, mensalmente, até o quinto dia útil posterior à data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para composição do Fundo de Previdência.

Seção II

Da Composição do Fundo Financeiro

Art. 21. Para composição do Fundo Financeiro, as transferências em espécie de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo, o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos servidores e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

§ 4º As transferências de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei devem ser realizadas a cargo de dotações próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Seção III

Da Composição do Fundo Militar

Art. 22. Para composição do Fundo Militar, as transferências em espécie, de que trata o inciso I, do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.



§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos militares e pensionistas vinculados ao Fundo Militar.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

Capítulo VI **Disposições Finais e Transitórias**

Art. 23. Os recursos adicionais e necessários à cobertura de insuficiências financeiras havidas em face do compromisso com o pagamento dos benefícios devidos aos pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar correrão a cargo das dotações próprias do Poder Executivo, para os benefícios concedidos até a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos adicionais e necessários para o pagamento de pensões concedidas após a publicação desta Lei correrão a cargo de dotação orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 24. Os benefícios concedidos aos militares e seus dependentes, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência até o último dia do mês civil em que for publicada esta Lei.

Art. 25. As avaliações atuariais de que trata esta Lei deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA e serão homologadas pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, quando do encerramento de cada exercício.

Parágrafo único. A PARANAPREVIDÊNCIA poderá contar com Atuário externo devidamente habilitado, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Programas de Benefícios Previdenciários.

Art. 26. O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA devem figurar como litisconsortes em todos os processos judiciais que digam respeito à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários custeados pelos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária.

Parágrafo único. Dada a natureza pública dos Fundos de Natureza Previdenciária, o Estado do Paraná será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações em andamento e futuras a que se referem este artigo, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27. O Plano de Custeio estabelecido nesta Lei passa a vigor a partir do mês subsequente ao de sua publicação.

§ 1º Os percentuais de contribuição previdenciária estabelecidos no art. 15 serão devidos depois de decorrido o prazo de que trata o § 6º do art. 195 da Constituição Federal e que será contado da publicação desta Lei.

§ 2º Durante o período de que trata o parágrafo anterior permanece em vigor o contido no art. 78 da Lei nº 12.398/98.

Art. 28. A PARANAPREVIDÊNCIA deverá proceder a todas as adequações atuariais, financeiras, contábeis, operacionais e estruturais necessárias ao atendimento do disposto nesta Lei, incluindo o balanço de liquidação do Plano de Custeio até então vigente.

§ 1º Os ativos financeiros e imobiliários do Fundo de Previdência, atualmente sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, reestruturado nos termos desta Lei, compõem o patrimônio desse Fundo e nele permanecerão.

§ 2º Os haveres atuariais apurados e contabilizados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta lei e na liquidação de que trata o caput deste artigo, serão recalculados com base no disposto nesta Lei, inclusive no que se refere a eventuais valores conciliados pelo Estado.



§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA realizarão anualmente encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal com o Fundo de Previdência.

§ 4º Em face do que dispõe o art. 30 da Lei 12.398/98, os débitos administrativos apurados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta Lei, serão remidos nos mesmos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores.

Art. 29. Ficam o Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA autorizados a elaborar estudos para a instituição do Regime de Previdência Complementar previsto no art. 40, § 14, da Constituição Federal.

Art. 30. No prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA deverá rever o seu Estatuto e Regimento Interno, com vistas a adequá-los às modificações decorrentes.

Art. 31. O Contrato de Gestão e os Convênios a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei deverão ser celebrados e ou revistos, considerando os termos desta Lei.

Art. 32. O § 2º do art. 103 da Lei nº 12.398/98, passa a ter a redação seguinte:

“§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor – Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA poderá solicitar servidores públicos de outros órgão ou entidades, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para que fiquem à disposição da Instituição, os quais permanecerão vinculados ao órgão ou entidade de origem e ao respectivo regime.”

Art. 33. O Poder Executivo fica autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios futuros, necessários à implementação do objeto desta Lei.

Art. 34. O art. 30 da Lei 12.398/98, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30. São receitas administrativas vinculadas:

I – as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos com o custeio administrativo na gestão dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com base na previsão orçamentária anual daquela entidade, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujos valores não poderão ultrapassar o percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas;

II – o produto das aplicações e investimentos realizados com os recursos das receitas administrativas vinculadas;

III – as rendas que a PARANAPREVIDÊNCIA venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras Instituições e outras fontes previstas na legislação.

§ 1º Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas financeiras específicas, necessária à execução da Política de Investimentos, que serão custeadas com os rendimentos das aplicações dos respectivos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;

§ 2º À Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, supervisora do Contrato de Gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá o acompanhamento da realização do orçamento anual e, ao final de cada exercício, fazer ajustes em conjunto com a PARANAPREVIDÊNCIA ou compensações necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas e aprovadas no orçamento.

§ 3º Enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas.”

Art. 35. Respeitado o contido no § 2º do art. 27 desta Lei, são revogados a alínea “f” do art. 8º, o art. 19, o art. 27 e seu parágrafo único, o art. 28, seus incisos e parágrafos, o art. 29, seus incisos, alíneas e parágrafos, o art. 31, o art. 32 e seus parágrafos, o inciso I do art. 69, o art. 73 e seus parágrafos, o art. 75 e seu parágrafo único, o Título IV e seus arts. 76 com seus parágrafos, 77 com suas alíneas e parágrafos; o Título V e seus arts. 78, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 79, 80, 81 e seu parágrafo único, 82 e seus parágrafos, 83, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 84, 85 com seus parágrafos e alíneas, 86 com seus incisos e parágrafos, 87 e seus parágrafos e art. 88 e seus parágrafos; o art. 89, seus incisos e parágrafos, o art. 94, o art. 97 e seus incisos, o art. 98, art. 99 e art. 110, todos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 21 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Loriane Leislí Azeredo
Diretora Geral da CASA CIVIL



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Conversão da MPv nº 1.723, de 1998

Texto compilado

Vide Decreto nº 3.048, de 1999

Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

~~I — realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;~~

~~I — realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001)~~

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

II - financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;

~~III — as contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes;~~

~~III — as contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

~~III — as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

III - as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

IV - cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais;

V - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou

consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;



VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;

VIII - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

IX - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

~~X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou de local de trabalho. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou de local de trabalho. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

~~X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do citado artigo; (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

~~XI - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho ou de abono de permanência de que tratam o § 19 de art. 40 da Constituição, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. (Incluído pela Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do citado artigo; (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

XI - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, do abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

~~Parágrafo único. No caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constitui requisito adicional, para organização e funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares, ter receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros legais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União e dos Estados.~~

~~Parágrafo único. No caso dos Municípios, constitui requisito adicional para organização e funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos ter receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros gerais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

~~§ 1º Fica vedada a constituição e manutenção de regime próprio de previdência social pelos Municípios que não tenham receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros gerais, superior à receita proveniente de transferências constitucionais da União. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos Municípios que tenham constituído regime próprio de previdência social destinado a atender servidor público titular de cargo efetivo até a data anterior à publicação desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~Parágrafo único. Aplicam-se, adicionalmente, aos regimes próprios de previdência social dos entes da Federação os incisos II, IV a IX do art. 6º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001)~~

Parágrafo único. Aplicam-se, adicionalmente, aos regimes próprios de previdência social dos entes da Federação os incisos II, IV a IX do art. 6º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 1º A. ~~O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~



Art. 12-A. O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.

Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social não poderá ser inferior ao valor da contribuição do segurado nem superior ao dobro desta contribuição. (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)

Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 1º A despesa líquida com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares de cada um dos entes estatais não poderá exceder a doze por cento de sua receita corrente líquida em cada exercício financeiro, observado o limite previsto no caput, sendo a receita corrente líquida calculada conforme a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 2º Entende-se, para os fins desta Lei, como despesa líquida a diferença entre a despesa total com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores e dos militares de cada um dos entes estatais e a contribuição dos respectivos segurados.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Previdência Social demonstrativo das receitas e despesas do respectivo regime próprio, correspondente a cada bimestre, até trinta dias após o seu encerramento, na forma de regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao de demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada no exercício financeiro em curso, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada no exercício financeiro em curso, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

I — o valor da contribuição dos entes estatais; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) —

II — o valor das contribuições dos servidores públicos e dos militares, ativos; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) —

III — o valor das contribuições dos servidores públicos e dos militares, inativos e respectivos pensionistas; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) —

- ~~IV — o valor da despesa total com pessoal ativo civil e militar;~~
- ~~IV — o valor da despesa total com pessoal civil e militar; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~
- ~~IV — o valor da despesa total com pessoal civil e militar; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~
- ~~V — o valor da despesa com pessoal inativo civil e militar e com pensionistas; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~
- ~~VI — o valor da receita corrente líquida do ente estatal, calculada nos termos do § 1º; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~
- ~~VII — os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º deste artigo. (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~
- ~~VIII — o valor do saldo financeiro do regime próprio de previdência social. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~
- ~~VIII — o valor do saldo financeiro do regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

§ 3º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 4º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o parágrafo anterior, no que se refere à despesa acumulada até o mês, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei.

§ 4º Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar pela publicação, em até trinta dias após o encerramento de cada semestre, do demonstrativo mencionado no parágrafo anterior. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 4º Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar pela publicação, em até trinta dias após o encerramento de cada semestre, do demonstrativo mencionado no § 3º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 4º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 5º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o § 3º, no que se refere à despesa acumulada até o bimestre, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 5º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informar, anualmente, no demonstrativo mencionado no § 3º o quantitativo de servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 5º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 6º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 6º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o § 3º, no que se refere à despesa acumulada até o bimestre, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 6º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 7º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001)

§ 7º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 7º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

~~Art. 2º A. Fica suspensa, até 31 de dezembro de 2000, a exigibilidade do disposto no § 1º do art. 2º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.891-9, de 1999)~~

~~Art. 2º A. Fica suspensa, até 31 de dezembro de 2003, a exigibilidade do disposto no caput e no § 1º do art. 2º desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 467, de 2004) (Revogado pela Lei nº 10.887, de 2004)~~

~~Art. 3º As contribuições dos servidores públicos e militares federais, estaduais e municipais e os militares dos Estados e do Distrito Federal, inativos e pensionistas, para os respectivos regimes próprios de previdência social, fixadas por critérios definidos em lei, serão feitas por alíquotas não superiores às aplicadas aos servidores ativos do respectivo ente estatal.~~

Art. 3º As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

~~Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ajustar os seus planos de benefícios e custeio sempre que excederem, no exercício, os limites previstos no art. 2º desta Lei, para retomar a esses limites no exercício financeiro subsequente. (Revogado pela Lei nº 10.887, de 2004)~~

Art. 5º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

~~Parágrafo único. Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 6º Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º e, adicionalmente, os seguintes preceitos:

~~I - estabelecimento de estrutura técnico-administrativa, com conselhos de administração e fiscal e autonomia financeira; (Vide Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000) (Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

II - existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa;

~~III - aporte de capital inicial em valor a ser definido conforme diretrizes gerais; (Vide Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001) (Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

IV - aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

V - vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados;

VI - vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;

VII - avaliação de bens, direitos e ativos de qualquer natureza integrados ao fundo, em conformidade com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações subsequentes;

VIII - estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme parâmetros gerais;

IX - constituição e extinção do fundo mediante lei.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999:

I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;

II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;



III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

~~IV - suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

IV - suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 8º Os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos de que trata o art. 6º, respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime repressivo da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.

Parágrafo único. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais.

Art. 9º Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social:

I - a orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos fundos a que se refere o art. 6º, para o fiel cumprimento dos dispositivos desta Lei;

II - o estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta Lei.

~~III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

~~Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitados, informações sobre regime próprio de previdência social e fundo previdenciário previsto no art. 6º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitados, informações sobre regime próprio de previdência social e fundo previdenciário previsto no art. 6º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 10. No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Waldeck Omélas

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.11.1998


PARANAPREVIDÊNCIA

Nota Técnica

DPREV/ATUÁRIA 034/2015
30/03/2015

Reestruturação dos Fundos Previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

DATA-BASE DE DEZEMBRO/2014

Recebido
em 10/04/15




REESTRUTURAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

OBJETIVO

Esta Nota Técnica contempla a Avaliação Atuarial e demais implicações referentes à proposta de reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado, que configuram o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, atualmente composto por segurados servidores ativos, aposentados e pensionistas, segregados conforme critérios previsto pela Lei PR 17.435, de 21 de dezembro de 2012, em FP - FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FF - FUNDO FINANCEIRO e FM - FUNDO MILITAR.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº9.717/1998.

Ainda sobre o âmbito legal, os resultados apresentados nesta Avaliação consideram os efeitos da Lei PR 18.370, que trata da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e, ainda, a retenção da Taxa de Administração pelo órgão gestor dos repasses contributivos ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, e Lei PR 18.372, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná, ambas de 15 de dezembro de 2014.

A base cadastral utilizada é de dezembro de 2014, a mesma que serviu de base para elaboração da Avaliação Atuarial do exercício, Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 032/2015.

P
ky

1. PREMISSAS ATUARIAIS**1.1. PARÂMETROS ATUARIAIS:**

| Item | Descrição | Parâmetro Utilizado |
|------|---|---|
| A | Tábua de Mortalidade Geral | AT-83, M |
| B | Tábua de Mortalidade Inválidos | AT-83, M |
| C | Tábua de Entrada em Invalidez | Álvaro Vindas – FP e FF Light Média - FM |
| D | Crescimento Salarial Anual por Mérito | 2,50% - FP e FF 1,01% - FM |
| E | Taxa de Juros Atuarial Anual | 5,50% - FP 0,00% - FF e FM |
| F | Geração Futura com Base na Média dos Últimos Anos | 10 ANOS – FP e FM NULA - FF |
| G | Rotatividade | NULA |
| H | Fator de Capacidade | NULO |
| I | Composição Familiar | Experiência Fundos de Pen- são do Estado do Paraná |
| J | Tempo Anterior ao Estado | Experiência Estado do Paraná (Atualizada em 2013) |
| K | Regime Financeiro | Capitalização – FP Repartição Simples – FF e FM |
| L | Método Atuarial de Avaliação | Agregado |
| M | Índice de Atualização das Remunerações | 3,45% - IPCA de maio a dezembro de 2014 |
| N | Índice Inflacionário | Não Considerado nos Cálculos |

Os parâmetros acima descritos obedecem aos limites mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria nº403 do MPS.

**1.2. PLANO CONTRIBUTIVO:**

| Item | Descrição | Nível Contributivo |
|------|---|---|
| A | Servidores Ativos – Contribuição Normal | 11% sobre a remuneração |
| B | Servidores Inativos e Pensionistas – Contribuição Normal | 11% sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que superem o teto do RGPS |
| C | Estado – Contribuição ao Fundo Financeiro e Fundo Militar | Contrapartida de igual valor sobre receitas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas |
| D | Estado – Contribuição ao Fundo de Previdência | Contrapartida do montante obtido da soma dos itens A e B, na razão de 100%, em 2013, acrescida de 5% ao ano, até o limite de 150% |
| E | Estado – Contribuição Suplementar ao Fundo de Previdência | Projetada para equilíbrio do Plano, com base na redução dos compromissos do Estado com o Fundo Financeiro |

O Plano Contributivo descrito foi definido pela Lei PR nº17.435/2012, com alterações impostas pela Lei PR nº 18.370/2014.

**2. ESTATÍSTICAS DOS SEGURADOS DO RPPS****2.1. SERVIDORES ATIVOS:**

Dez/2014

| Item | Fundo de Previdência | Fundo Financeiro | Fundo Militar | Total |
|--------------------|----------------------|------------------|---------------|----------------|
| Quantitativo | 79.873 | 57.177 | 20.538 | 157.588 |
| Folha Mensal (R\$) | 292.523.311,39 | 407.150.228,66 | 99.894.536,37 | 799.568.076,42 |

2.2. SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS:

Dez/2014

| Item | Fundo de Previdência | Fundo Financeiro | Fundo Militar | Total |
|--------------------|----------------------|------------------|----------------|----------------|
| Quantitativo | 13.862 | 76.773 | 17.852 | 108.487 |
| Folha Mensal (R\$) | 73.375.474,10 | 349.033.692,12 | 101.361.819,32 | 523.770.985,54 |

3. REESTRUTURAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

A proposta consiste unicamente na transferência de parte dos beneficiários que atualmente são vinculados ao FUNDO FINANCEIRO para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, não alterando a classificação dos atuais militares do Estado atualmente segregados exclusivamente no FUNDO MILITAR.

O grupo de servidores a ser transferido será composto pelos aposentados e pensionistas, vinculados ao FUNDO FINANCEIRO, que até 30 de junho de 2015 possuam ou venham a possuir, idade igual ou superior a 73 anos (inclusive), os quais passarão a ter seus benefícios custeados pelas contribuições e recursos pertencentes ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

3.1. IMPACTO NO FUNDO FINANCEIRO:

| Dez/2014 | | | |
|--------------------|------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|
| Item | Fundo Financeiro ATUAL | Beneficiários com 73 anos ou mais (-) | Fundo Financeiro MODIFICADO |
| Quantitativo | 76.773 | 33.556 | 43.217 |
| Folha Mensal (R\$) | 349.033.692,12 | 142.515.942,72 | 206.517.749,40 |

3.2. IMPACTO NO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

| Dez/2014 | | | |
|--------------------|----------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|
| Item | Fundo de Previdência ATUAL | Beneficiários com 73 anos ou mais (+) | Fundo de Previdência MODIFICADO |
| Quantitativo | 13.862 | 33.556 | 47.418 |
| Folha Mensal (R\$) | 73.375.474,10 | 142.515.942,72 | 215.891.416,82 |

Os valores e quantitativos apresentados pelo grupo de beneficiários com 73 anos ou mais pode apresentar variações, em virtude da base cadastral ou mesmo da data de observação.

3.3. FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS REESTRUTURADOS:



Com a transferência deste grupo de beneficiários do FUNDO FINANCEIRO ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, este passa a assegurar os benefícios previdenciários de 47,8% do total, entre ativos, aposentados e pensionistas, de segurados do RPPS do Estado.

Quanto ao total das folhas de benefícios do RPPS, de R\$ 523,8 milhões/mês – tabela 2.2, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA passa a ser responsável pelo pagamento mensal de R\$ 215,9 milhões deste montante, 41,2% do total, contra 39,4% do FUNDO FINANCEIRO e 19,4% do FUNDO MILITAR.

4. AVALIAÇÃO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA - REESTRUTURADO

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados com a nova composição proposta e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

4.1. ENCARGOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

| Item | Encargos (R\$) | % Folha de Ativos |
|--|--------------------------|-------------------|
| Benefícios Concedidos | | |
| <i>Aposentadoria</i> | 18.255.715.799,03 | 15,7% |
| <i>Reversão de Aposentadoria</i> | 2.692.219.994,82 | 2,3% |
| <i>Aposentadoria por Invalidez</i> | 1.050.573.804,34 | 0,9% |
| <i>Reversão de Invalidez</i> | 127.852.412,58 | 0,1% |
| <i>Pensão por Morte em Atividade</i> | 4.473.283.550,56 | 3,8% |
| Total Benefícios Concedidos (1) | 26.599.645.561,33 | 22,8% |
| Benefícios a Conceder | | |
| <i>Aposentadoria</i> | 26.880.263.629,13 | 23,1% |
| <i>Reversão de Aposentadoria</i> | 3.665.261.190,42 | 3,1% |
| <i>Aposentadoria por Invalidez</i> | 2.922.682.861,73 | 2,5% |
| <i>Reversão de Invalidez</i> | 380.412.227,87 | 0,3% |
| <i>Pensão por Morte em Atividade</i> | 4.307.868.246,29 | 3,7% |
| Total Benefícios a Conceder (2) | 38.156.488.155,45 | 32,7% |
| | | |
| Total de Encargos (1+2) | 64.756.133.716,77 | 55,6% |

P
67.

4.2. RECEITAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

| Item | Receitas (R\$) | % Folha de Ativos |
|--|--------------------------|-------------------|
| Servidores Ativos-Contribuição | 12.817.582.141,19 | 11,0% |
| Estado-Contrapartida Ativos | 23.056.412.651,43 | 19,8% |
| Servidores Aposent./Pens.-Contribuição | 1.690.942.337,92 | 1,5% |
| Estado-Contrapartida Aposent./Pens. | 3.096.470.282,59 | 2,7% |
| Estado-Contribuição Suplementar ¹ | 14.338.872.038,47 | 12,3% |
| Compensação Previdenciária | 966.252.764,53 | 0,8% |
| Total de Receitas | 55.966.532.216,13 | 48,0% |

4.3. BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

| Item | Valores (R\$) | % Folha de Ativos |
|---|-------------------------|-------------------|
| Total de Encargos (1) | 64.756.133.716,77 | 55,6% |
| Total de Receitas (2) | 55.966.532.216,13 | 48,0% |
| Reserva Matemática (3)=(1)-(2) | 8.789.601.500,64 | 7,5% |
| Ativos Financeiros (4) | 8.321.038.317,44 | 7,1% |
| Parcelamento de Débitos Previdenciários (5) | 540.990.088,30 | 0,5% |
| Total de Ativos (6)=(4)+(5) | 8.862.028.405,74 | 7,6% |
| Resultado Atuarial (7)=(6)-(3) | 72.426.905,10 | 0,0% |

¹ Art. 20 da Lei PR 17.435/2012

4.4. PROJEÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

Valores em R\$ Milhões

| Ano | Folha Benefícios | Contr. Ativos | Contr. Apos. Pens. | Contra-parte Estado | Com-prev | Parce-la-mento | Contr. Su-plem. | Total Receitas | Saldo Finan-ceiro |
|------|------------------|---------------|--------------------|---------------------|----------|----------------|-----------------|----------------|-------------------|
| 2015 | 2.834,2 | 465,5 | 99,2 | 623,6 | 56,7 | 148,9 | - | 1.393,7 | 7.338,3 |
| 2016 | 2.769,6 | 497,2 | 96,9 | 718,3 | 55,4 | 157,1 | - | 1.524,8 | 6.497,1 |
| 2017 | 2.704,4 | 529,1 | 94,5 | 819,1 | 54,0 | 165,7 | - | 1.662,6 | 5.812,6 |
| 2018 | 2.640,6 | 561,0 | 92,2 | 925,8 | 52,7 | 145,7 | - | 1.777,3 | 5.269,1 |
| 2019 | 2.579,0 | 592,6 | 89,9 | 1.038,0 | 51,4 | - | - | 1.772,0 | 4.751,9 |
| 2020 | 2.517,0 | 624,6 | 87,6 | 1.156,7 | 50,1 | - | - | 1.919,0 | 4.415,2 |
| 2021 | 2.457,3 | 656,2 | 85,3 | 1.280,8 | 48,8 | - | - | 2.071,1 | 4.271,9 |
| 2022 | 2.405,9 | 686,7 | 83,3 | 1.409,0 | 47,6 | - | - | 2.226,7 | 4.327,6 |
| 2023 | 2.361,4 | 716,4 | 81,4 | 1.541,6 | 46,5 | - | - | 2.385,9 | 4.590,1 |
| 2024 | 2.327,4 | 744,8 | 79,9 | 1.595,4 | 45,6 | - | - | 2.465,7 | 4.980,9 |
| 2025 | 2.311,8 | 770,8 | 78,9 | 1.645,5 | 45,1 | - | - | 2.540,4 | 5.483,4 |
| 2026 | 2.326,5 | 792,7 | 78,9 | 1.689,2 | 45,1 | - | - | 2.606,0 | 6.064,4 |
| 2027 | 2.380,9 | 808,8 | 80,3 | 1.724,1 | 45,9 | - | - | 2.659,0 | 6.676,0 |
| 2028 | 2.458,7 | 821,9 | 82,3 | 1.754,4 | 47,0 | - | - | 2.705,6 | 7.290,1 |
| 2029 | 2.553,1 | 833,3 | 84,8 | 1.782,2 | 48,4 | - | - | 2.748,8 | 7.886,7 |
| 2030 | 2.659,3 | 843,4 | 87,5 | 1.807,8 | 50,0 | - | - | 2.788,7 | 8.449,9 |
| 2031 | 2.773,7 | 852,4 | 90,4 | 1.831,7 | 51,7 | - | - | 2.826,2 | 8.967,2 |
| 2032 | 2.902,5 | 859,9 | 93,6 | 1.853,1 | 53,5 | - | - | 2.860,2 | 9.418,1 |
| 2033 | 3.051,9 | 864,6 | 97,4 | 1.870,1 | 55,7 | - | - | 2.887,7 | 9.772,0 |
| 2034 | 3.215,1 | 867,5 | 101,4 | 1.883,9 | 58,0 | - | - | 2.910,8 | 10.005,1 |
| 2035 | 3.378,4 | 870,4 | 105,2 | 1.897,1 | 60,1 | - | - | 2.932,7 | 10.109,6 |
| 2036 | 3.552,6 | 871,6 | 108,8 | 1.906,8 | 62,2 | - | 146,7 | 3.096,1 | 10.209,1 |
| 2037 | 3.744,4 | 870,1 | 112,5 | 1.911,2 | 64,3 | - | 315,4 | 3.273,5 | 10.299,6 |
| 2038 | 3.956,5 | 865,4 | 116,4 | 1.909,7 | 66,5 | - | 501,2 | 3.459,2 | 10.368,8 |
| 2039 | 4.192,4 | 857,1 | 120,7 | 1.901,6 | 69,0 | - | 698,3 | 3.646,7 | 10.393,5 |
| 2040 | 4.437,0 | 847,2 | 124,9 | 1.890,1 | 71,4 | - | 909,6 | 3.843,1 | 10.371,2 |
| 2041 | 4.694,8 | 834,8 | 129,1 | 1.873,9 | 73,8 | - | 1.124,0 | 4.035,6 | 10.282,4 |
| 2042 | 4.952,0 | 822,0 | 132,8 | 1.855,5 | 75,9 | - | 1.343,6 | 4.229,8 | 10.125,7 |
| 2043 | 5.205,2 | 809,0 | 135,9 | 1.835,7 | 77,7 | - | 1.568,3 | 4.426,5 | 9.903,9 |
| 2044 | 5.449,7 | 796,6 | 138,4 | 1.815,9 | 79,1 | - | 1.794,9 | 4.624,8 | 9.623,7 |
| 2045 | 5.683,6 | 785,1 | 140,1 | 1.796,4 | 80,1 | - | 2.022,3 | 4.823,9 | 9.293,3 |
| 2046 | 5.904,5 | 774,6 | 141,2 | 1.777,5 | 80,7 | - | 2.249,6 | 5.023,6 | 8.923,6 |
| 2047 | 6.108,8 | 765,6 | 141,4 | 1.760,1 | 80,8 | - | 2.474,9 | 5.222,9 | 8.528,5 |
| 2048 | 6.286,6 | 759,3 | 140,5 | 1.745,7 | 80,3 | - | 2.697,5 | 5.423,4 | 8.134,3 |
| 2049 | 6.447,9 | 754,4 | 138,9 | 1.732,7 | 79,4 | - | 2.916,1 | 5.621,5 | 7.755,3 |
| 2050 | 6.588,9 | 751,4 | 136,4 | 1.721,6 | 77,9 | - | 3.130,0 | 5.817,5 | 7.410,4 |
| 2051 | 6.710,2 | 750,1 | 133,2 | 1.712,5 | 76,1 | - | 3.338,4 | 6.010,2 | 7.117,9 |

Valores em R\$ Milhões

| Ano | Folha Benefícios | Contribuição Ativos | Contr. Apos. Pens. | Contra-parte Estado | Com- prev | Parce- la- mento | Contr. Suplem. | Total Recei- tas | Saldo Finan- ceiro |
|------|------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------|------------------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| 2052 | 6.820,5 | 749,3 | 129,5 | 1.703,7 | 74,0 | - | 3.540,3 | 6.196,8 | 6.885,7 |
| 2053 | 6.921,1 | 748,8 | 125,6 | 1.694,9 | 71,8 | - | 3.735,0 | 6.376,1 | 6.719,5 |
| 2054 | 7.012,4 | 748,6 | 121,5 | 1.686,1 | 69,4 | - | 3.921,8 | 6.547,3 | 6.623,9 |
| 2055 | 7.095,0 | 748,4 | 117,1 | 1.677,0 | 66,9 | - | 4.099,8 | 6.709,2 | 6.602,4 |
| 2056 | 7.168,1 | 748,3 | 112,5 | 1.667,8 | 64,3 | - | 4.268,5 | 6.861,4 | 6.658,9 |
| 2057 | 7.231,9 | 748,3 | 107,8 | 1.658,3 | 61,6 | - | 4.427,2 | 7.003,3 | 6.796,6 |
| 2058 | 7.286,7 | 748,4 | 103,0 | 1.648,7 | 58,8 | - | 4.575,6 | 7.134,5 | 7.018,2 |
| 2059 | 7.332,4 | 748,3 | 98,0 | 1.638,7 | 56,0 | - | 4.713,5 | 7.254,6 | 7.326,4 |
| 2060 | 7.368,7 | 748,3 | 92,9 | 1.628,6 | 53,1 | - | 4.840,5 | 7.363,5 | 7.724,1 |
| 2061 | 7.395,9 | 748,3 | 87,8 | 1.618,2 | 50,2 | - | 4.956,7 | 7.461,3 | 8.214,3 |
| 2062 | 7.413,9 | 748,3 | 82,5 | 1.607,7 | 47,2 | - | 5.062,3 | 7.548,0 | 8.800,2 |
| 2063 | 7.423,1 | 748,3 | 77,2 | 1.597,1 | 44,1 | - | 5.054,2 | 7.521,0 | 9.382,1 |
| 2064 | 7.424,0 | 748,3 | 71,9 | 1.586,5 | 41,1 | - | 5.032,5 | 7.480,3 | 9.954,5 |
| 2065 | 7.417,0 | 748,3 | 66,6 | 1.575,8 | 38,0 | - | 4.998,3 | 7.427,1 | 10.512,0 |
| 2066 | 7.402,9 | 748,3 | 61,3 | 1.565,2 | 35,0 | - | 4.952,7 | 7.362,5 | 11.049,8 |
| 2067 | 7.382,6 | 748,3 | 56,0 | 1.554,7 | 32,0 | - | 4.896,7 | 7.287,8 | 11.562,7 |
| 2068 | 7.356,9 | 748,3 | 50,9 | 1.544,5 | 29,1 | - | 4.831,3 | 7.204,1 | 12.045,9 |
| 2069 | 7.326,8 | 748,3 | 45,9 | 1.534,5 | 26,2 | - | 4.757,7 | 7.112,7 | 12.494,3 |
| 2070 | 7.293,6 | 748,3 | 41,1 | 1.524,9 | 23,5 | - | 4.676,9 | 7.014,8 | 12.902,8 |
| 2071 | 7.258,0 | 748,3 | 36,5 | 1.515,8 | 20,9 | - | 4.589,9 | 6.911,4 | 13.265,8 |
| 2072 | 7.221,3 | 748,3 | 32,2 | 1.507,1 | 18,4 | - | 4.497,6 | 6.803,7 | 13.577,8 |
| 2073 | 7.184,3 | 748,3 | 28,2 | 1.499,0 | 16,1 | - | 4.401,0 | 6.692,5 | 13.832,9 |
| 2074 | 7.147,9 | 748,3 | 24,4 | 1.491,5 | 13,9 | - | 4.300,6 | 6.578,8 | 14.024,6 |
| 2075 | 7.112,7 | 748,3 | 21,0 | 1.484,6 | 12,0 | - | 4.197,2 | 6.463,1 | 14.146,2 |
| 2076 | 7.079,5 | 748,3 | 17,8 | 1.478,3 | 10,2 | - | 4.091,3 | 6.346,0 | 14.190,8 |
| 2077 | 7.048,6 | 748,3 | 15,0 | 1.472,7 | 8,6 | - | 3.983,5 | 6.228,2 | 14.151,0 |
| 2078 | 7.020,2 | 748,3 | 12,5 | 1.467,8 | 7,2 | - | 3.874,2 | 6.110,0 | 14.019,1 |
| 2079 | 6.994,6 | 748,3 | 10,4 | 1.463,4 | 5,9 | - | 3.763,6 | 5.991,6 | 13.787,1 |
| 2080 | 6.971,9 | 748,3 | 8,5 | 1.459,6 | 4,8 | - | 3.652,2 | 5.873,4 | 13.448,9 |
| 2081 | 6.951,9 | 748,3 | 6,8 | 1.456,3 | 3,9 | - | 3.540,0 | 5.755,4 | 12.990,0 |
| 2082 | 6.934,6 | 748,3 | 5,5 | 1.453,6 | 3,1 | - | 3.427,2 | 5.637,7 | 12.407,6 |
| 2083 | 6.919,9 | 748,3 | 4,3 | 1.451,3 | 2,5 | - | 3.314,1 | 5.520,5 | 11.690,6 |
| 2084 | 6.907,5 | 748,3 | 3,3 | 1.449,3 | 1,9 | - | 3.200,7 | 5.403,6 | 10.829,7 |
| 2085 | 6.897,3 | 748,3 | 2,6 | 1.447,8 | 1,5 | - | 3.087,1 | 5.287,2 | 9.815,2 |
| 2086 | 6.889,0 | 748,3 | 1,9 | 1.446,5 | 1,1 | - | 2.973,3 | 5.171,2 | 8.637,2 |
| 2087 | 6.882,4 | 748,3 | 1,4 | 1.445,5 | 0,8 | - | 2.859,3 | 5.055,5 | 7.285,3 |
| 2088 | 6.877,3 | 748,3 | 1,1 | 1.444,8 | 0,6 | - | 2.745,3 | 4.940,1 | 5.748,7 |
| 2089 | 6.873,4 | 748,3 | 0,8 | 1.444,2 | 0,4 | - | 2.631,2 | 4.824,9 | 4.016,4 |

Nota: o saldo financeiro do FUNDO DE PREVIDÊNCIA leva em consideração os ativos financeiros de R\$ 8.321.038.317,44 em 31/12/2014, e a rentabilidade anual estabelecida como meta atuarial, de 5,50% ao ano.

5. PROJEÇÃO DA FOLHA DE BENEFÍCIOS DO FUNDO FINANCEIRO

Valores em R\$ Milhões

| Ano | Folha Benefícios | Ano | Folha Benefícios | Ano | Folha Benefícios |
|------|------------------|------|------------------|------|------------------|
| 2015 | 3.071,4 | 2040 | 4.814,1 | 2065 | 406,3 |
| 2016 | 3.441,0 | 2041 | 4.599,6 | 2066 | 340,3 |
| 2017 | 3.791,5 | 2042 | 4.380,0 | 2067 | 282,9 |
| 2018 | 4.180,2 | 2043 | 4.155,4 | 2068 | 233,6 |
| 2019 | 4.512,0 | 2044 | 3.928,8 | 2069 | 191,5 |
| 2020 | 4.754,3 | 2045 | 3.701,3 | 2070 | 155,9 |
| 2021 | 4.971,9 | 2046 | 3.474,0 | 2071 | 126,2 |
| 2022 | 5.176,8 | 2047 | 3.248,8 | 2072 | 101,6 |
| 2023 | 5.347,6 | 2048 | 3.026,2 | 2073 | 81,4 |
| 2024 | 5.495,7 | 2049 | 2.807,5 | 2074 | 65,0 |
| 2025 | 5.636,3 | 2050 | 2.593,6 | 2075 | 51,8 |
| 2026 | 5.784,7 | 2051 | 2.385,3 | 2076 | 41,2 |
| 2027 | 5.908,9 | 2052 | 2.183,4 | 2077 | 32,9 |
| 2028 | 5.999,2 | 2053 | 1.988,7 | 2078 | 26,3 |
| 2029 | 6.054,6 | 2054 | 1.801,9 | 2079 | 21,2 |
| 2030 | 6.070,9 | 2055 | 1.623,8 | 2080 | 17,2 |
| 2031 | 6.057,1 | 2056 | 1.455,2 | 2081 | 14,0 |
| 2032 | 6.016,8 | 2057 | 1.296,5 | 2082 | 11,6 |
| 2033 | 5.948,3 | 2058 | 1.148,0 | 2083 | 9,7 |
| 2034 | 5.850,5 | 2059 | 1.010,2 | 2084 | 8,1 |
| 2035 | 5.723,7 | 2060 | 883,2 | 2085 | 6,9 |
| 2036 | 5.577,0 | 2061 | 766,9 | 2086 | 5,9 |
| 2037 | 5.408,2 | 2062 | 661,4 | 2087 | 5,0 |
| 2038 | 5.222,5 | 2063 | 566,4 | 2088 | 4,3 |
| 2039 | 5.025,4 | 2064 | 481,5 | 2089 | 3,7 |

6. PARECER ATUARIAL

Os resultados apresentados nesta Avaliação Atuarial levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei PR nº 17.435, de 21/12/2012, as alterações promovidas pela Lei PR nº 18.370 e Lei PR nº 18.372, ambas de 15 de dezembro de 2014, assim como a migração do grupo de 33,5 mil beneficiários do FUNDO FINANCEIRO ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

Esta Avaliação Atuarial tem por objetivo específico dimensionar o impacto atuarial ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, quanto a absorção dos compromissos previdenciários provenientes desta migração de beneficiários.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2014, contemplam os servidores ativos, inativos e pensionistas, segurados do RPPS do Estado do Paraná. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Cabe ressaltar que o FUNDO MILITAR não é afetado pela reestruturação dos Fundos Previdenciários, portanto, os resultados observados pela Avaliação Atuarial do exercício de 2014, Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 032/2015, de 27/02/2015, referentes ao FUNDO MILITAR, permanecem inalterados.

1. FUNDO FINANCEIRO

Conforme descrito no item 3.1 deste documento, o FUNDO FINANCEIRO reduz sua obrigação no pagamento de 33,5 mil beneficiários, passando de 76,8 mil para 43,2 mil benefícios pagos mensalmente.

Esta redução no quantitativo de compromissos equivale a uma redução no valor da folha mensal de benefícios de R\$ 142,5 milhões, conforme descrito, o FUNDO FINANCEIRO, que até então arca com uma folha mensal de R\$ 349,0 milhões, passa a pagar R\$ 206,5 milhões/mês.

Verifica-se que em relação ao FUNDO FINANCEIRO ocorre apenas desoneração de obrigações, fato que torna desnecessário demais esclarecimentos sobre impactos atuariais a este Fundo.

Neste Relatório, o item 5 descreve o valor projetado de folha de benefícios do FUNDO FINANCEIRO. Tal informação tem finalidade apenas de subsídio para esclarecimento da alternativa utilizada para equacionamento do equilíbrio atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, descrito a seguir.

2. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Com a absorção do grupo de 33,5 mil beneficiários provenientes do FUNDO FINANCEIRO, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA passa a promover cobertura a 47,8% do total de servidores ativos, aposentados e pensionistas do RPPS, cerca de 127 mil segurados.

Conforme prevê a Lei PR nº17.435, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial para o exercício de 2015.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA passa a ser de R\$ 64,76 bilhões, projetados para o período de 75 anos, e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 55,97 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 8,79 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados ou segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA são de R\$ 8,86 bilhões. O Resultado Técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com resultado positivo na ordem de R\$ 72,4 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo de servidores e Estado ao Fundo e, também, pelo sistema projetado de Custeio Suplementar a encargo do Estado.

2.1. FUNDO DE PREVIDÊNCIA - PRESERVAÇÃO

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários do RPPS e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido – Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 005/2012 - e constante na Lei PR nº17.435, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Neste sentido, ressaltamos isoladamente premissas utilizadas nesta Avaliação Atuarial que constituem-se como indispensáveis na perspectiva de manutenção do equilíbrio do Plano capitalizado.

2.1.1. MANUTENÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio estipulado na Lei PR 17.435/2012 deve ser mantido, especialmente no que diz respeito às contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas, juntamente com a contrapartida do Estado sobre essas receitas.

O art. 19 da citada lei, que trata da progressividade da contrapartida do Estado – a qual chega ao dobro da contribuição dos segurados em 2023 –, constitui-se em um dos pilares essenciais para manutenção do equilíbrio do sistema.

Ressalta-se que o próprio artigo prevê a possibilidade de alteração da progressividade em função da capacidade orçamentária do Estado, desde que amparada por Avaliação Atuarial que indique capacidade de liquidez e solvência do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

2.1.2. CUSTEIO SUPLEMENTAR

Como demonstrado no item 4.4 desta Avaliação, além dos repasses contributivos normais previstos no Plano de Custeio, pela migração de benefícios ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, verifica-se a necessidade aplicação do Custeio Suplementar, a encargo do Estado, a partir do ano de 2036 – art. 20 da Lei PR 17.435/2012.

Estes recursos adicionais, necessários para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano Capitalizado, se darão na exata medida da redução dos compromissos do Estado com o FUNDO FINANCEIRO, item 5 deste Relatório.

O Custeio Suplementar projetado para o RPPS do Estado do Paraná tem por base uma premissa distinta da normalmente utilizada pelos demais RPPS, as quais concentram sua viabilidade basicamente na projeção do aumento da Receita Corrente Líquida do Ente - especificamente para o caso da previdência funcional.

2.1.3. REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A transferência de beneficiários ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, objeto desta Avaliação, é suportada pelo Plano de Custeio Normal e Suplementar, que, como abordado,

projetam futuras desonerações do Estado, dentre elas a proveniente do Regime Complementar.

O Regime de Previdência Complementar descrito na Lei PR 18.372/2014, proporciona gradual redução nos compromissos do Estado com encargos previdenciários, sem qualquer prejuízo aos servidores.

Esta desoneração já foi objeto de vários estudos pela PARANAPREVIDÊNCIA, em especial destaca-se a Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 019/2013 e DPREV/ATUÁRIA 029/2014.

2.1.4. CONTROLE CONTRIBUTIVO E DE PAGAMENTOS

Cabe à PARANAPREVIDÊNCIA efetuar minucioso controle contributivo, de classificação de servidores em Fundos e de folhas de benefícios.

Tal controle mostra-se imprescindível para que qualquer ajuste ou correção, necessário à manutenção do equilíbrio do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, seja efetuado pelo Estado e, também, para contínua verificação da aderência das premissas que embasaram os cálculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação dos Fundos Previdenciários, detalhada nesta Nota Técnica, atende à normatização prevista pela Portaria MPS nº403/2008, especificamente quanto à viabilidade orçamentária e financeira e, também, manutenção dos ativos financeiros no FUNDO DE PREVIDÊNCIA – artigos 20 e 21 da Portaria.

A presente Nota Técnica apresenta a viabilidade da transferência de beneficiários descrita no item 3 com a manutenção do Plano de Custeio atual, alterações nestas premissas promovem alterações nos resultados apresentados.

Oportuno, também, salientar a importância da manutenção do sistema capitalizado do RPPS do Estado, que além de atendimento aos preceitos constitucionais, permitirá a desoneração gradativa dos encargos com benefícios previdenciários do Tesouro Estadual e de todos os Poderes do Estado, sendo os recursos financeiros acumulados a garantia futura destes compromissos.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de março de 2015.


Wesley Amâncio de Gouveia
Atuário MIBA 767


Paulo Roberto Caldart
Atuário MIBA 1.260




REQUERIMENTO



REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 016/15, que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da previdência social do Estado do Paraná e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 252/2015 – oriundo da Mensagem n.º 016/15, que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da previdência social do Estado do Paraná e da outras providências, conforme especifica..

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LIDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 15/04/15

15:54 14/04/2015 001765 DPR ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Protocolo n.º: 13.577.258-5.

Assunto: Pedido de Esclarecimentos.

Interessado: Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Informações

Ementa: Pedido de Esclarecimentos. Projeto de Lei n.º 60/2015. Projeto retirado. Perda do Objeto. Esclarecimentos de ordem geral quanto a validade da exigência de parecer prévio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social. Permanência do Fundo de Previdência (capitalizado).

No presente protocolado a Procuradora de Justiça Samia Saad Galloti Bonavides questiona o Governo do Estado quanto ao procedimento adotado para apresentação de projeto de lei contendo proposta de reformulação do sistema previdenciário e de composição e beneficiários do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário.

A missiva tem por mote subsidiar o Inquérito Civil n.º 0046.000771-0 e dadas as particularidades do tema, foram encaminhados a esta Diretoria Jurídica para atender as informações solicitadas.

Antes de se adentrar na matéria propriamente dita, urge consignar dois fatores de crucial importância. O primeiro, consiste no fato de que o projeto de Lei 60/2015, foi retirado da pauta de votação da Assembléia.

E, mais, hoje existe novo projeto (Projeto 252/2015) que assegura o equilíbrio econômico e financeiro da forma do artigo 40, da Constituição Federal e artigo 1º da Lei Federal 9717/98.

Segundo a exposição de motivos, as alterações previstas no novo projeto de lei encontram amparo na previsão do artigo 20, § 1º da Portaria 403 do MPS e, não perde de vista o modelo de capitalização consagrado na nota técnica e no parecer que instruem a presente missiva.

Gondim
Callina Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 12839

reulido
22/04/15.

Tecidos esses prolegômenos, observa-se que as preocupações externadas pela Subprocuradoria de Justiça se consubstanciam em duas ordens.

A primeira questão seria sobre a submissão prévia de projeto de lei que vise as avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS ao SPPS do Ministério da Previdência Social.

Com a máxima vênia, ainda que a necessidade se lastreie na regulamentação por Portarias do art. 9º da Lei Federal 9717/1998, há farta jurisprudência do STF no sentido que tal providência se caracteriza como extrapolação do poder regulamentar e intervenção indevida da União na competência legislativa dos Estados Membros.

Nesse sentido:

"Essa Corte já fixou entendimento no sentido de que a União, ao editar a Lei 9.717/1998, extrapolou os limites de sua competência para estabelecer normas gerais sobre matéria previdenciária, ao atribuir ao Ministério da Previdência e Assistência Social atividades administrativas em órgãos da previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelecer sanções para a hipótese de descumprimento das normas constantes dessa lei." (RE 815.499-AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 9-9-2014, Segunda Turma, DJE de 18-9-2014.)

Do corpo do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, destaca-se o seguinte excerto:

"O acórdão recorrido está de acordo com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a União, ao editar a Lei 9.717/1998, extrapolou os limites de sua competência para estabelecer normas gerais sobre matéria previdenciária, ao atribuir ao Ministério da Previdência e Assistência Social atividades administrativas em órgãos da Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelecer sanções para a hipótese de descumprimento das normas constantes dessa norma. Nesse sentido, destaco o julgamento do RE 797.926-AgR/PE, Rel. Min. Marco Aurélio, cuja ementa transcrevo a seguir: 'COMPETÊNCIA CONCORRENTE - PREVIDÊNCIA SOCIAL -

NORMAS GERAIS – EXTRAVASAMENTO. Artigo 7º, inciso I, da Lei nº 9.717/98. Extravasamento do campo relativo às normas gerais sobre previdência social'. Com essa mesma orientação, menciono as seguintes decisões, entre outras: ACO 830-TAR/PA e AC 3.201-MC-Ref/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; ACO 702/CE, Rel. Min. Joaquim Barbosa; AC 3.562-MC/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia; ACO 1.062-MC/DF, de minha relatoria".

No caso específico do Estado do Paraná vale a pena destacar na ACO 830 o seguinte trecho do corpo do voto que concedeu a cautela determinando a emissão do CRP ao Estado do Paraná:

Não obstante tenha sido apreciada a matéria à luz do disposto no artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, não há margem a concluir-se pela ofensa ao referido preceito. O pronunciamento do Tribunal de origem se mostrou linear com a jurisprudência assentada no Supremo na Tutela Antecipada na Ação Cível Originária nº 830/PR, de minha relatoria. Eis os fundamentos da decisão por mim proferida e referendada, a uma só voz, pelo Plenário:

(...)

2. Certamente, a Lei nº 9.717/98 e os demais diplomas que se seguiram resultaram da competência prevista no artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Consoante dispõe o § 1º desse artigo, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Pois bem, cumpre perquirir se, no caso, o diploma federal ficou restrito a esses limites.

De acordo com o artigo 9º da Lei Federal:

Art. 9º - Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social: I - a orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos fundos a que se refere o art. 6º, para o fiel cumprimento dos dispositivos desta lei; II - o estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta lei. [...]

Constato, neste exame preliminar, que se adentrou não o campo do simples estabelecimento de normas gerais. Atribuem-se a ente da Administração Central, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, atividades administrativas em órgãos da Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos fundos a que se refere o artigo 6º da citada lei. A tanto equivale a previsão de que compete ao Ministério da Previdência e Assistência Social orientar, supervisionar e acompanhar as práticas relativas à previdência social dos servidores públicos das unidades da Federação. Mais do que isso, mediante o preceito do artigo 7º, dispôs-se sobre sanções diante do descumprimento das normas - que se pretende enquadradas como gerais. Deparo, assim, com quadro normativo federal que, à primeira vista, denota o extravasamento dos limites constitucionais, da autonomia própria, em se tratando de uma Federação. Uma coisa é o estabelecimento de normas gerais a serem observadas pelos Estados membros. Algo diverso é, a pretexto da edição dessas normas, a ingerência na administração dos Estados, quer sob o ângulo direto, quer sob o indireto, por meio de autarquias. Vale frisar que não prospera o paralelo feito entre a legislação envolvida na espécie e a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, editada a partir de previsão expressa contida no artigo 169 da Constituição Federal, impondo limites a serem atendidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. [...]

No mesmo sentido decidiram ambas as Turmas do Supremo. A Primeira Turma, ao referendar liminar por mim deferida na Ação Cautelar nº 3.201/PE, e a Segunda no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 771.994/PB, da relatoria da ministra Cármen Lúcia.

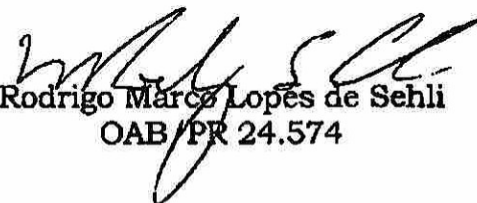
Pelo exposto, parece que a despeito da previsão em Portarias do INSS da necessidade de parecer prévio da SPPS, essa exigência extrapola o poder regulamentador das Portarias e não se compatibiliza com a competência concorrente vertical dos Estados Federados, como se demonstrou nos julgados do STF e, em especial, na ACO 830/PR.

A segunda preocupação se consubstancia na impossibilidade de extinção dos fundos capitalizados e a transmigração de recursos, confundindo-se com os recursos do Estado e perdendo a destinação específica não se permitindo que os recursos sejam utilizados para outros fins que não pagamento de benefícios previdenciários.

Como dantes mencionado, essa previsão específica do projeto de Lei 60/2015 não mais subsiste, pois o projeto atacado foi retirado e apresentou-se outro projeto que atende aos preceitos constitucionais do equilíbrio atuarial do RPPS (inteligência do art. 40, da Constituição Federal e art. 1º, da Lei Federal 9717/98).

Sendo estes os esclarecimentos necessários, propõe-se o retorno dos autos à Casa Civil para os devidos fins.

Curitiba, 17 de abril de 2015.


Rodrigo Marcos Lopes de Sehli
OAB/PR 24.574

De acordo.


Rita de Cássia Ribas Taques
Assistente Técnica

Aprovo as Informações retro.


p/ Jefferson Renato Rosolem Zanetti
Diretor Jurídico da PARANAPREVIDÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 252/2015.

Projeto de Lei nº 252/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem 016/2015

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e da outras providências.

EMENTA: REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO E FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTS 13, 65 E 66. LEGAL. EMENDAS MODIFICATIVA E ADITIVA. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo visa à Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Em sua justificativa o autor sustenta que o “Fundo de Previdência possui como razão de existir a sustentabilidade, e, o escopo finalístico de desonerar o Estado do pagamento dos aposentados, pensionistas, militares da reserva e reformados.

VISTA EM 14/10/15

Dep. Ruiche

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, diante de novo estudo atuarial, surge a presente proposta de migração de parte da massa que se encontra atualmente vinculada ao Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, sempre respeitando critérios de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro e atuarial insculpidos do artigo 40, caput da Carta Magna".

Ressalta, "que em termos práticos, a massa consistiria nos servidores civis aposentados e pensionistas que possuam 73 anos completos ou mais, que passariam a estar vinculados ao Fundo de Previdência".

○ Frisa que os "reflexos imediatos seriam: 1- Redução da folha mensal do fundo financeiro em aproximadamente R\$ 142,5 milhões; 2- Preservação do fundo capitalizado; 3 - Manutenção do equilíbrio atuarial - art. 40 da Constituição Federal e art. 1º da Lei 9.717; 4 - Solvência de 29 anos - dentro de um nível justificável; 5 - Custeio suplementar necessário a partir de 21 anos; 6 - Financiamento do custo suplementar amparado pelo art. 20 da Lei nº 17.435/2012; 7 - Probabilidade de necessidade de ingresso de novos recursos ou aportes; e 8- Mantém o mesmo plano de custeio - Lei nº 17.435/2012.

○ Por fim, enfatiza que "tal proposta, além da baliza atuarial, também possui espeque na legislação de regência, a saber, o artigo 20, §1º da Portaria nº 403 do MPS, que permite a conjugação de critérios (idade, ingresso e condição de ativo/inativo/pensionista) e que em suma, o presente Projeto de Lei, almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageie os equilíbrios financeiros e atuariais".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Com relação ao assunto do referido projeto de lei, "previdência social, proteção e defesa da saúde", a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Exatamente no mesmo sentido e idêntico teor a Constituição do Estado do Paraná prevê em seu art. 13, XII:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ademais, deve-se ressaltar que é competência privativa do Governador do Estado à elaboração de leis que disponham sobre os servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, vide art. 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

No que tange a Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto de lei não apresenta nenhuma ilegalidade; uma vez que não cria novas despesas, objetivando a Desoneração do Tesouro, além da busca pela Sustentabilidade e equilíbrio do Sistema, conforme justificativa anexada.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, na forma das emendas modificativa e aditiva e modificativa em anexo.


Sala das Comissões, 14 de Abril de 2015.

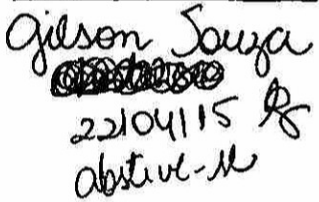

Nelson Justus
Presidente


Dep. Luiz Cláudio Romanelli
Relator

APROVADO

22/04/15 


VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Pericles
mulo
22/04/15


Gilson Souza
22/04/15
abstiv.-M



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do inciso IV do art. 2º do Projeto de Lei nº 252/2015.

"IV – altera o §1º do art. 20 bem como acresce os §§ 3º, 4º e 5º ao mesmo artigo com a seguinte redação:

"§1º Os aportes dos valores de que trata o caput deste artigo deverão iniciar no mínimo a partir de 2030 e serão fixados no mínimo em 1% (um por cento) do total mensal da folha de pagamentos do Fundo de Previdência, acrescidos de 1% (um por cento) ao ano a partir de 2031, até o limite de 22% (vinte e dois por cento) de 2051 em diante."

"§ 3º Antes de quaisquer alterações na Política de Recursos Humanos do Estado, no que concerne à seguridade funcional, estas serão submetidas aos necessários estudos atuariais e a adaptação do Plano de Benefícios Previdenciários pela ParanaPrevidência.

§ 4º O órgão gestor do RPPS estadual será responsável pelo controle de arrecadação da Contribuição Previdenciária de todos os servidores civis e militares, ativos e da reserva remunerada ou reformados, bem como dos pensionistas, inscritos no Regime Próprio de Previdência Social.

§ 5º Em razão das alterações decorrentes da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012 e da presente Lei, a ParanaPrevidência, mediante o envio dos respectivos cadastros pelos órgãos de origem, promoverá anualmente a atualização das listas de vinculação de todos os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, magistrados, membros do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas, ativos e inativos, e militares ativos e da reserva remunerada ou reformados, ao respectivo Fundo Público de Natureza Previdenciária.(NR)"

Nos termos do §3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de inserir parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei nº 252/2015 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Caso necessário, o aporte será efetuado com recursos do Tesouro do Estado, até atingir o montante previsto no caput deste artigo, com o valor atualizado até o repasse total final."

Sala das Sessões, 14 de Abril de 2015.

DER. NELSON JUSTUS.
PRESIDENTE

DER. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
RELATOR

APROVADO

22.04.15

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dup. Deides
mello
22/04/15

Gilson Souza
22/04/15
abstive-me

[Handwritten signatures and initials]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/15

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 016/15, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado Paraná e dá outras providências.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, observamos que a matéria em epígrafe recebeu o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta apresenta em sua justificativa o esclarecimento que a matéria almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageie os equilíbrios financeiros e atuariais.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, o Projeto de Lei em questão, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois em apenas um dos reflexos imediatos da proposta, a redução da folha mensal do fundo financeiro será de aproximadamente R\$142,5 milhões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Isto posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma da Emenda Aditiva e Modificativa, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23/04/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Signature]
Dep. L. L. L.

[Signature]
Dep. Tiago

[Signature]
Voto Condenado
Dep. Tadeu

[Signature]
Dep. Elv



| | |
|-----------------------|----------------|
| Emenda de Plenário nº | 01 |
| DAP | 27. ABR. 2015 |
| Visto | <i>Cláudio</i> |

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N _____
APRESENTADA AO PROJETO DE LEI Nº 252, DE 2015

Altera a redação do artigo 1º do **Projeto de Lei nº 252, de 2015**, de autoria do Poder Executivo.

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP) e com o objetivo de aprimorar o **Projeto de Lei nº 252, de 2015**, a redação do artigo 1º, passa a contar com a seguinte redação:

“ Art. 1º A Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 [...]

§1º [...]

§2º [...]

§3º [...]

§4º Os servidores efetivos, assim como os aposentados e pensionistas escolherão seus representantes em processo eleitoral a ser regulado pelas entidades sindicais, e **associações de classe**, representantes dos servidores estaduais do Paraná.”

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015



PEDRO LUPION
Deputado Estadual

Justificativa

Apresenta-se a inclusa emenda modificativa, nos termos do artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP) com o objetivo de aprimorar e adequar o Projeto de Lei nº 252, de 2015.



EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO N _____ ,

APRESENTADA AO PROJETO DE LEI Nº 252, DE 2015

Altera a redação do artigo 1º do **Projeto de Lei nº 252, de 2015**, de autoria do Poder Executivo.

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP) e com o objetivo de aprimorar o **Projeto de Lei nº 252, de 2015**, a redação do artigo 1º, passa a contar com a seguinte redação:

“ Art. 1º A Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“I – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Conselho de Administração será integrado por 10 (dez) Conselheiros efetivos e 10 (dez) suplentes, todos escolhidos dentre agentes públicos estaduais portadores de diploma universitário.

§ 1º. Os Conselheiros serão indicados na forma a seguir descrita:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]

e) **4 (quatro) efetivos e 4 (quatro) suplentes eleitos diretamente pelas entidades representativas dos servidores públicos efetivos do Estado do Paraná, da seguinte forma:**

1. **(um) Titular e 1 (um) Suplente indicados pelas entidades associativas representativas do QPPE – Quadro Próprio do Poder Executivo;**

2. **(um) Titular e 1 (um) Suplente indicados pelas entidades associativas representativas dos militares;**

3. **(dois) Titulares e 2 (dois) Suplentes indicados pelas entidades sindicais.**

f) [...]

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015

Justificativa

Apresenta-se a inclusa emenda modificativa, nos termos do artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP) com o objetivo de aprimorar e adequar o Projeto de Lei nº 252, de 2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

| | |
|-----------------------|----------------|
| Emenda de Plenário nº | 03 |
| DAP | 27. ABR. 2015 |
| Visto | <i>Claudio</i> |

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do § 1º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para suprimir os incisos II e III do art. 2º do Projeto de Lei nº 252/2015, renumerando-se os incisos posteriores.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas em azul e preto]

ALVARO

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprimir os incisos II e III do art. 2º do Projeto de Lei nº 252/2015.

Os incisos alteram o critério de segregação da massa. O novo critério contrária o interesse público, pois transfere os servidores públicos estaduais que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três anos) até 30 de junho de 2015 do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 4 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | Claudio |

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Adiciona-se artigo ao Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, com a seguinte redação:

“Art.

O Conselho de Administração convocará, a cada ano, dois congressos dos inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, sendo um no primeiro semestre e outro no segundo semestre.

Parágrafo único. O congresso convocado no primeiro semestre terá a finalidade de definir diretrizes da gestão, enquanto que o do segundo semestre, terá a finalidade de avaliar o cumprimento ou não das tais diretrizes”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas em azul]

1917 27/04/2015 002010 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Convocação de congressos com os inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.
Inclusão de artigo

Justificativa:

A inclusão de artigo ao PL nº 252/2015 destina-se a garantir a participação de todos os inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA na gestão do Fundo Previdenciário.



| | |
|-----------------------|-------------|
| Emenda de Plenário nº | 5 |
| DAP | 27 ABR 2015 |
| Visto | Claudio |

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Será criado um grupo de trabalho, com participação paritária de representantes dos servidores públicos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do estado e do Ministério Público, com o objetivo de discutir matérias pertinentes ao aperfeiçoamento do Regime Próprio de Previdência Social.”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas em azul]

19117 27/04/2015 002011 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Supressão dos termos "bem como o Regime de Previdência Complementar". Art. 4º do PL 252.

Justificativa:

A supressão proposta na presente emenda destina-se a retirar a questão da Previdência Complementar do rol de temas a serem discutidos pelo grupo de trabalho criado pelo art. 4º do PL nº 252/252.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

| | |
|-----------------------|----------------|
| Emenda de Plenário nº | 06 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | <i>Cláudio</i> |

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do § 1º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para suprimir o art. 6º do Projeto de Lei nº 252/2015.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas]

24/06/2015 15:00 DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A emenda visa suprimir o art. 6º do Projeto que revoga o § 3º do art. 30¹ da Lei Estadual nº 12.398/1998.

A redação do § 3º diz que enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas.

¹Art. 30. São receitas administrativas vinculadas:
(Redação dada pela Lei 17435 de 21/12/2012)

I - as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos com o custeio administrativo na gestão dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com base na previsão orçamentária anual daquela entidade, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujos valores não poderão ultrapassar o percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas;
(Redação dada pela Lei 17435 de 21/12/2012)

II - o produto das aplicações e investimentos realizados com os recursos das receitas administrativas vinculadas; (Redação dada pela Lei 17435 de 21/12/2012)
III - as rendas que a PARANAPREVIDÊNCIA venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras Instituições e outras fontes previstas na legislação.
(Incluído pela Lei 17435 de 21/12/2012)

§ 1º. Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas financeiras específicas, necessária à execução da Política de Investimentos, que serão custeadas com os rendimentos das aplicações dos respectivos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária; (Incluído pela Lei 17435 de 21/12/2012)

§ 2º. À Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, supervisora do Contrato de Gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá o acompanhamento da realização do orçamento anual e, ao final de cada exercício, fazer ajustes em conjunto com a PARANAPREVIDÊNCIA ou compensações necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas e aprovadas no orçamento. (Incluído pela Lei 17435 de 21/12/2012)

§ 3º. Enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas. (Incluído pela Lei 17435 de 21/12/2012)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 07 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | Claudio |

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para acrescentar parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei nº 252/2015, com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Haverá atualização da meta atuarial em forma de aporte referente ao montante do *caput* deste artigo.”

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas]

19:18 27/04/2015 53002013 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

m2013 DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Inserir parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei determinando que haja atualização da meta atuarial em forma de aporte referente ao montante de 1 bilhão de reais, que se refere o *caput* do citado art. 3º.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

| | |
|-----------------------|---------|
| Emenda de Plenário nº | 08 |
| DAP | |
| Visto | Claudio |

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para alterar o teor do art. 5º do Projeto de Lei nº 252/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.”

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

(Assinaturas manuscritas)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar o artigo 5º do Projeto de Lei para que os efeitos da Lei não retroajam.



| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 09 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | Claudio |

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Modifica-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, para vigorar com a seguinte redação:

“O § 1º do artigo 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º. O presidente do Conselho votará apenas nos casos de empate”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas]

[Assinaturas manuscritas]

19423 27/04/2015 002015 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Voto do Presidente do Conselho Fiscal apenas quando houver empate. Art. 1º do PL 252.

Justificativa:

A modificação proposta através da presente emenda tem o objetivo de garantir a paridade da votação, no Conselho, pois, se ao Presidente for dado, como propõe o PL 252, além do voto nos casos de empate, também o voto de qualidade, sempre haverá desequilíbrio nas votações.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

| | |
|-----------------------|---------------|
| Emenda de Plenário nº | 10 |
| DAP | 27, ABR. 2015 |
| Visto | Claudio |

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Modifica-se artigo 1º do Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, que passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 (...)

§ 2º As indicações a que se refere o parágrafo anterior, serão feitas no prazo máximo de 60 (trinta) dias, antes do término do mandato dos respectivos conselheiros antecessores”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

Prazo para indicar membro no PARANÁPREVIDÊNCIA § 2º do Art. 10 da lei modificada (art. 1º do PL 252)

Justificativa:

A proposta é ampliar para 60 dias na primeira escolha depois de aprovada a lei, pois há um entendimento de que encerra o mandato dos atuais com a aprovação da lei. Se isso efetivamente acontecer, os sindicatos, ou o conjunto das categorias dos servidores públicos, não conseguirão realização do processo eleitoral em 30 dias. Portanto, necessário se faz a ampliação do prazo para 60 dias, para garantir a indicação dos representantes dos servidores junto ao Conselho de Administração do PARANAPREVIDENCIA, pelos próprios servidores através de suas entidades representativas.



| | |
|-----------------------|----------------|
| Emenda de Plenário nº | 11 |
| 27 ABR. 2015 | |
| DAP | |
| Visto | <i>Cláudio</i> |

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Modifica-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, para vigorar com a seguinte redação:

“O § 5º do art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

§ 5º. O presidente do Conselho de Administração será eleito pelos seus pares, dentre os membros descritos nos termos do § 1º deste artigo”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Indicação do Presidente do Conselho. Art. 1º do PL 252.

Justificativa:

A modificação proposta através da presente emenda tem o objetivo de garantir a autonomia do Conselho de Administração, no sentido dele próprio indicar qual dos seus membros deverá presidí-lo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Modifica-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, para vigorar com a seguinte redação:

“O artigo 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

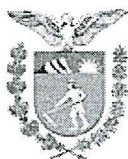
§ 5º. O presidente do Conselho Fiscal votará apenas nos casos de empate”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

Voto do Presidente do Conselho, apenas quando houver empate. Art. 1º do PL 252.

Justificativa:

A modificação proposta através da presente emenda tem o objetivo de garantir a paridade da votação, pois, se ao Presidente for dado, como propõe o PL 252, além do voto nos casos de empate, também o voto de qualidade, sempre haverá desequilíbrio nas votações.



| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 13 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | Claudio |

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Modifica-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 252/2015 que altera a Lei 12.398/98, para vigorar com a seguinte redação:

“O artigo 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

§ 4º. O presidente do Conselho Fiscal será eleito dentre os 8 (oito) conselheiros titulares indicados no caput deste artigo”

Plenário das Sessões, 27 de abril de 2015.

Eleição do Conselho Fiscal. Art. 1º do PL 252.

Justificativa:

A modificação proposta através da presente emenda tem o objetivo de garantir a autonomia do Conselho do Conselho Fiscal, no sentido de garantir que o Presidente do mesmo seja eleito dentre os membros que o compõe e não escolhido pelo Governador do estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 14 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | Chaudia |

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para alterar o teor do inciso I, do art. 1º do Projeto de Lei nº 252/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - “

I – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 – O Conselho de Administração será integrado por 10 (dez) Conselheiros efetivos e 10 (dez) suplentes, todos escolhidos dentre *servidores públicos estaduais efetivos* portadores de diploma universitário.”

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

NELSON LUERSEN
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

Sendo o Conselho de Administração da ParanaPrevidência um órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior, deve ser ocupado por servidores públicos efetivos, os quais mantêm relação funcional com o Estado em Regime Estatutário, sempre sujeito a Regime Jurídico de Direito Público, conforme definição da Lei n.º 8112/1990, e ainda, como estabelece o Art. 5º da Lei 6.174/1970 (Estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná). São estes servidores que tem ou tiveram descontos feitos mensalmente em seus salários, durante toda sua vida funcional, desta forma, mantendo os Fundos geridos pelo Conselho de Administração.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº: 252/2015

| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 15 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | <i>André</i> |

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda aditiva no artigo 3º, com a inclusão de parágrafo único estabelecendo que:

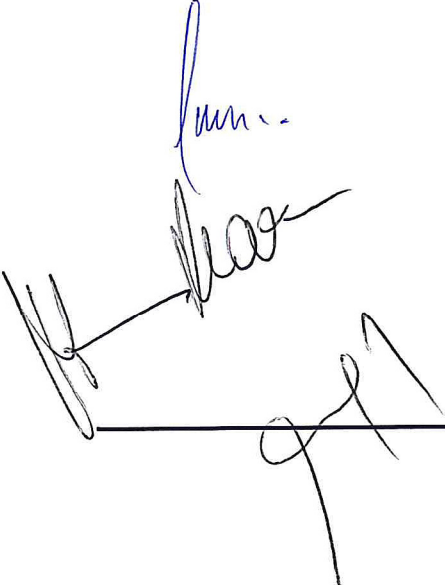
“Art 3º

...

Paragrafo único: Haverá atualização de meta atuarial em forma de aporte referente ao montante do caput deste artigo.”

Sala das Sessões, 27 de Abril de 2015.


Marcio Pauliki
Deputado Estadual - PDT


Deputado Estadual Marcio Pauliki
Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - sala 105 - 1º Andar
Telefone: (41) 3350-4176

19:24 27/04/2015 002021 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

| | |
|-----------------------|--------------|
| Emenda de Plenário nº | 16 |
| DAP | 27 ABR. 2015 |
| Visto | Claudio |

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.


Nos termos do § 1º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda supressiva do Art. 6º Projeto de Lei nº 252/2015:

“Art 6º - suprimido”

Sala das Sessões, 27 de Abril de 2015.


Marcio Pauliki
Deputado Estadual - PDT

19:24 27/04/2015 002022 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ


Deputado Estadual Marcio Pauliki
Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - sala 105 - 1º Andar
Telefone: (41) 3350-4176



PROJETO DE LEI Nº 177/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 11-MAR. 2015

[Assinatura]
1º Secretário

Concessão de Título de Cidadão
Benemérito do Estado do Paraná ao
Escritor José Laurentino Gomes.

Art. 1.º Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do
Paraná ao Escritor José Laurentino Gomes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015.

[Assinatura]
MARIA VICTÓRIA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

José Laurentino Gomes nasceu em 17 de fevereiro de 1956 na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é pós-graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP), além de possuir cursos no exterior.

Com a carreira de jornalista destacada em veículos como o jornal Estado de S. Paulo e a revista Veja, Laurentino foi editor-executivo da revista e ocupou destacados cargos no Grupo Abril. Em 1999 residiu em Portugal, período em que atuou como consultor editorial da revista Visão.

A trajetória de Gomes passou a ganhar notoriedade nacional após a publicação do livro *"1808 - como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil"*, em 2007, recebendo dois prêmios: melhor livro de ensaio, da Academia Brasileira de Letras e Jabuti de literatura, o mais importante prêmio de literatura do país.

Após a publicação deste livro, Laurentino publicou, dois anos depois, *"1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado"*, sendo considerado o "livro do ano" na categoria não-ficção do Prêmio Jabuti.

Por fim, encerrando a trilogia sobre a história do Brasil, Gomes publicou, em 2013, o livro *"1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil"*, que trata sobre a Proclamação da República no país.

Diante desta exitosa trajetória no universo literário, Laurentino Gomes foi condecorado com o Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro (2009); Medalha do Mérito Tamandaré, da Marinha do Brasil (2010); e Ordem Estadual do Mérito do Piauí (2010); Título de Cidadão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Maria Victoria Borghetti Barros

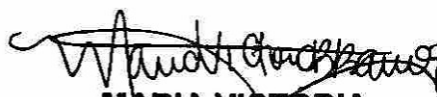


Benemérito de Maringá (2013). Empossado em 2010, é titular da cadeira nº 18, da Academia Paranaense de Letras.

Com mais de 1,5 milhão de livros vendidos no Brasil, Laurentino Gomes construiu uma brilhante trajetória na seara literária, sempre destacando sua vida no Paraná – tanto quando residiu no Distrito de Água Boa, município de Paçandu, quanto em Maringá e na capital Curitiba, algo que engrandece o Estado no cenário nacional.

Neste sentido, acreditamos que este projeto reconhece um autor paranaense lido por todos os brasileiros, orgulhando àqueles que acreditam na educação como ação transformadora da sociedade. Assim, necessário o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015.


MARIA VICTÓRIA
Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 177/2015

Projeto de Lei nº. 177/2015
Autor: Deputada Maria Victória

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Escritor José Laurentino Gomes.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Maria Victória, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Escritor José Laurentino Gomes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício nº 006-2015 (em anexo), o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.



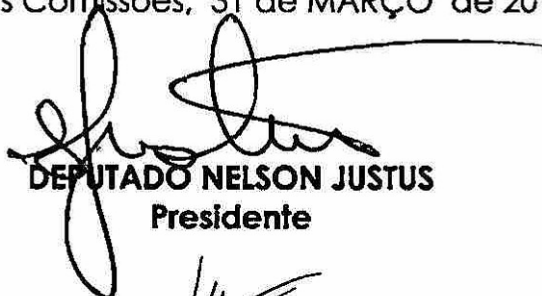
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



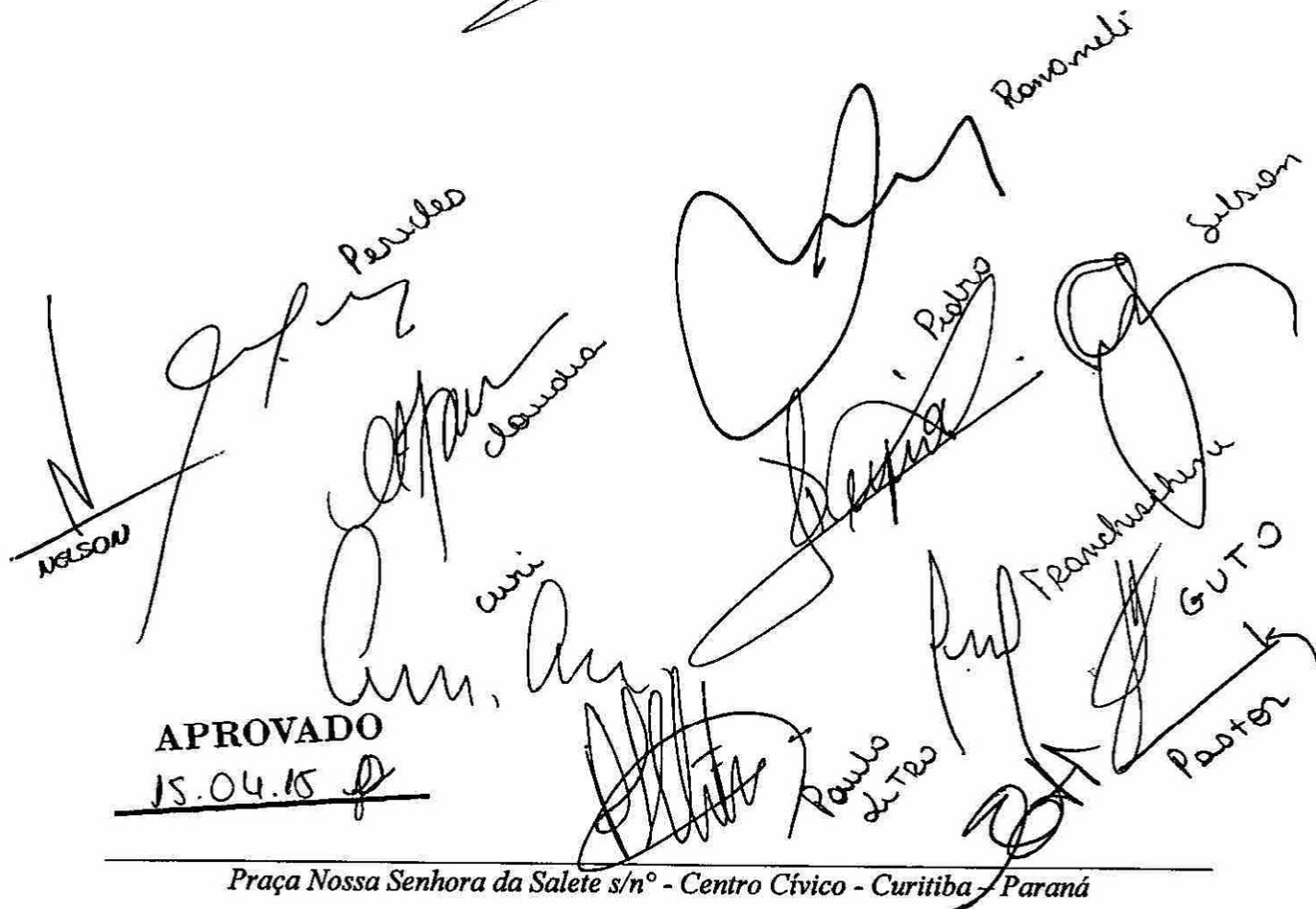
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 31 de MARÇO de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO GUTO SILVA
Relator



APROVADO
15.04.15

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 257/2015


SÚMULA: Alteração dos artigos 233 e 234 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º O art. 233 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os ofícios distribuidores, contadores e partidores, de 1º a 5º, terão suas atribuições previstas em Resolução do Órgão Especial, observadas as seguintes disposições:

a) o 1º Ofício de Distribuidor, Contador e Partidor terá competência em matéria criminal; do Tribunal do Júri; da Fazenda Pública; de Falência e de Recuperação Judicial; de Família e de Delitos de Trânsito, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 12º, e como Contador e Partidor, nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º ao 6º.

b) o 2º Ofício de Distribuidor terá competência em matéria Cível; da Vara da Auditoria da Justiça Militar; nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, nos Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º a 4º.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



c) o 3º Ofício de Distribuidor terá competência em matéria da Infância e da Juventude e Adoção; de Adolescentes em conflito com a Lei; de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Precatórias Criminais, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 6º.

d) o 4º Ofício de Contador e Partidor terá competência em matérias que não se refiram ao 1º Ofício.

e) o 5º Ofício de Distribuidor terá competência em matéria de Execuções Penais; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais; de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis; de Inquéritos Policiais, no registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Uberaba e Umbará, e nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 13º a 16º.

Parágrafo Único: As atribuições dos Ofícios não instalados ou extintos poderão, provisoriamente, ser redistribuídas, equitativamente, por Resolução do Órgão Especial."

Art. 2º O art. 234 da Lei nº 14.277, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 234. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, os 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão suas atribuições previstas em Resolução do Órgão Especial, observadas as seguintes disposições:



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



a) o 1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, terá competência em matéria Cível; da Infância e da Juventude, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º a 3º, e nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

b) o 2º Ofício Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público terá competência em matéria Criminal; de Execuções Penais; de Família; de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; de Acidentes do Trabalho; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, no registro dos atos lavrados no Serviço Distrital de Tamara na, Warta, Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luís e Maravilha.

Parágrafo único: As atribuições dos Ofícios não instalados ou extintos poderão, provisoriamente, ser redistribuídas equitativamente, por Resolução do Órgão Especial."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado nº 301.301/2013-CPJE, tem por objetivo alterar a redação dos artigos 233 e 234 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ.

A alteração proposta visa disciplinar as atribuições dos Offícios Distribuidores do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e de Londrina.

Convém esclarecer que as atribuições dos Offícios Distribuidores tem sido objeto de constantes questionamentos em virtude das alterações da denominação e competência das Varas Judiciais introduzidas pela Lei nº 17.585, de 04 de junho de 2013 no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Isso porque, embora atualmente a competência e denominação das Varas Judiciais de nosso Estado sejam definidas por meio de Resolução do Órgão Especial, a redação conferida aos artigos 233 e 234, os quais se pretendem alterar, ainda fazem menção à competência das varas judiciais previstas no modelo antigo, ou seja, quando o próprio Código e Organização e Divisão Judiciárias denominava as Varas Judiciais.

Por isso, o que se pretende no momento é a adequação dos artigos 233 e 234 ao que dispõe a Lei nº 17.585, de 2013, e assim eliminar as dúvidas quanto às atribuições dos Offícios Distribuidores do Foro Central de Curitiba e do Foro Central de Londrina.

Importante destacar que com o advento da Lei Estadual nº 17.585, de 04/06/2013, que alterou o art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003 (CODJ), esse dispositivo passou a ter a seguinte redação:

"Art. 225. As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas judiciais, cuja denominação e competência serão fixadas e alteradas por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Os Juizados Especiais com unidade administrativa própria e cargo de Juiz são considerados, para fins deste artigo, varas judiciais".

Assim, o Anexo IV da Lei nº 14.277/2003, passou a estabelecer apenas o número de Varas Judiciais por Comarca, não mais denominando referidas Varas.

Como consequência do dispositivo legal acima citado, vige hoje no Poder Judiciário Paranaense a Resolução nº 93/2013 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, de 12 de agosto de 2013, e alterações posteriores. Citada Resolução "Estabelece a Nomenclatura e Competência das Varas Judiciais no Estado do Paraná".

Por isso, ao propor a alteração do artigo 233, deixou-se de incluir nesse dispositivo a referência expressa à denominação das Varas, conforme



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



se vê abaixo no comparativo entre a redação atual e a redação proposta do artigo:

"Art. 233. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os ofícios distribuidores, contadores e partidores, de 1º a 5º, terão as seguintes atribuições:

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador e Partidor, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 13ª; das Varas do Tribunal do Júri de 1ª e 2ª; das Varas da Fazenda Pública de Falências e Concordatas de 1ª a 8ª; das Varas de Família de 1ª a 8ª; das Varas de Delitos de Trânsito de 1ª a 3ª, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 12º, Contador e Partidor nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos do 1º ao 6º.

b) 2º Ofício de Distribuidor, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 46ª; da Vara da Auditoria da Justiça Militar; da Vara de Precatórias Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º a 4º.

c) 3º Ofício de Distribuidor, em matéria da Vara da Infância e da Juventude; da Vara da Infância e da Juventude e Adoção; da Vara de Adolescentes Infratores; da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 6º.

d) 4º Ofício de Contador e Partidor, das matérias que não se refiram ao 1º Ofício.

e) 5º Ofício de Distribuidor, em matéria das Varas de Execuções Penais da 1ª e 2ª; da Vara da Corregedoria dos Presídios; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais; da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis, e da Vara de Inquéritos Policiais, no registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Uberaba e Umbará, e nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 13º a 16º."

A redação proposta do artigo 233 é a seguinte:

"Art. 233. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os ofícios distribuidores, contadores e partidores, de 1º a 5º, terão suas atribuições previstas em Resolução do Órgão Especial, observadas as seguintes disposições:

a) o 1º Ofício de Distribuidor, Contador e Partidor terá competência em matéria criminal; do Tribunal do Júri; da Fazenda Pública; de Falência e de Recuperação Judicial; de Família e de Delitos de Trânsito, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



8º a 12º, e como Contador e Partidor, nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º ao 6º.

b) o 2º Ofício de Distribuidor terá competência em matéria Cível; da Vara da Auditoria da Justiça Militar; nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, nos Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º a 4º.

c) o 3º Ofício de Distribuidor terá competência em matéria da Infância e da Juventude e Adoção; de Adolescentes em conflito com a Lei; de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Precatórias Criminais, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 6º.

d) o 4º Ofício de Contador e Partidor terá competência em matérias que não se refiram ao 1º Ofício.

e) o 5º Ofício de Distribuidor terá competência em matéria de Execuções Penais; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais; de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis; de Inquéritos Policiais, no registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Cajurú, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Uberaba e Umbará, e nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 13º a 16º.

Parágrafo Único: As atribuições dos Ofícios não instalados ou extintos poderão, provisoriamente, ser redistribuídas, equitativamente, por Resolução do Órgão Especial."

O mesmo ocorre com o artigo 234, em comparação com a redação atual e a redação proposta:

"Art. 234. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, os 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 12ª; e da Vara da Infância e da Juventude, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º a 3º, e nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

b) 2º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 8ª; da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios; da Vara de Família; da Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; da Vara de Família e Acidentes do Trabalho; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionato de Notas de 1º a 7º, no



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



registro dos atos lavrados no Serviço Distrital de Tamarana, Warta, Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luís e Maravilha.

Eis a redação proposta:

"Art. 234. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, os 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão suas atribuições previstas em Resolução do Órgão Especial, observadas as seguintes disposições:

a) o 1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, terá competência em matéria Cível; da Infância e da Juventude, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º a 3º, e nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

b) o 2º Ofício Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público terá competência em matéria Criminal; de Execuções Penais; de Família; de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; de Acidentes do Trabalho; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, no registro dos atos lavrados no Serviço Distrital de Tamarana, Warta, Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luís e Maravilha.

Parágrafo único: As atribuições dos Ofícios não instalados ou extintos poderão, provisoriamente, ser redistribuídas equitativamente, por Resolução do Órgão Especial."

Este anteprojeto contou com a manifestação favorável não só da douta Corregedoria-Geral da Justiça como também da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (CODJ).

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 23 de março de 2015, foi aprovado, por unanimidade de votos, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 8 de abril de 2015.
Of. nº 310/2015-GP



– À DAP para leitura no expediente.
– À DA para providências.

Em, 10/04/15

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 13 ABR. 2015

Paulo Roberto Vasconcelos
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera os artigos 233 e 234 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

PAULO ROBERTO VASCONCELOS
Desembargador

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 14925 de 24/11/2005) (vide Lei 17210 de 02/07/2012) (vide Lei 17395 de 10/12/2012)
(vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 17252 de 31/07/2012)
(vide Lei 17222 de 09/07/2012) (vide Lei 18289 de 04/11/2014) (vide Lei 18290 de 04/11/2014)

Súmula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

~~**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, Juízes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.~~

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.
(Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

§ 1º. São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

I - legalidade;

II - impessoalidade;

III - moralidade;

IV - publicidade;

V - eficiência.

§ 2º. Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

I - probidade;

II - motivação;

III - finalidade;

IV - razoabilidade;

V - proporcionalidade;

VI - ...Vetado...;

VII - interesse público;

VIII - modicidade das custas e emolumentos.

§ 3º. Na constituição e alteração das atribuições e competências dos Tribunais, Juízes e Serviços

Art. 221. A prestação jurisdicional no Estado é exercida por Desembargadores, Juízes de Direito de entrância final, intermediária e inicial e por Juízes Substitutos nos termos do anexo V.
(Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)



TÍTULO III
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS, SEÇÕES JUDICIÁRIAS E DISTRITOS JUDICIÁRIOS
CAPÍTULO I
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS

Art. 222. As comarcas, segundo a importância do movimento forense, a densidade demográfica, a situação geográfica e a condição de sede de seção judiciária, são classificadas em:

I - de entrância inicial;

II - de entrância intermediária; e

III - de entrância final;

Parágrafo único. Para os fins constantes deste artigo, as comarcas obedecem ao elenco previsto no anexo I.

CAPÍTULO II
SEÇÕES JUDICIÁRIAS

Art. 223. As seções judiciárias constituem agrupamento de comarcas ou foros regionais ou varas, assim organizadas para facilitar o exercício da prestação jurisdicional por Juízes Substitutos e por Juízes de Direito Substitutos, com a definição dos limites de competência atribuídos a cada um.

§ 1º. A composição das seções judiciárias é estabelecida conforme o contido no anexo II.

§ 2º. Na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a competência do Juiz de Direito Substituto será definida por resolução.

CAPÍTULO III
DISTRITOS JUDICIÁRIOS

Art. 224. Distritos são seções territoriais em que se divide a circunscrição judiciária de cada uma das comarcas.

Parágrafo único. Os Distritos Judiciários agrupam-se em torno de comarcas-sede ou foro central ou foros regionais, conforme estabelece o anexo III.

TÍTULO IV
COMARCAS, JUÍZOS E SERVIÇOS AUXILIARES
CAPÍTULO I
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS

~~**Art. 225.** As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas e, salvo exceções previstas, têm a competência estabelecida por este Código, observados os seguintes princípios:~~

Art. 225. As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas judiciais, cuja denominação e competência serão fixadas e alteradas por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

(Redação dada pela Lei 17585 de 04/06/2013)

Parágrafo único. Os Juizados Especiais com unidade administrativa própria e cargo de Juiz são considerados, para fins deste artigo, varas judiciais.

(Incluído pela Lei 17585 de 04/06/2013)

I - nas de Juízo único, a competência será genérica;

II - nas de duas (2) varas, a competência será:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

III - nas de três (3) ou mais varas, a competência fixar-se-á por distribuição ou especialização;

IV - nas demais varas das comarcas de entrância final, será fixada por resolução.

Art. 226. ~~Nas comarcas do interior, a competência dos Juizes das Varas em matéria especializada é a prevista para as correspondentes do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.~~
(Revogado pela Lei 17585 de 04/06/2013)

Art. 227. As comarcas e varas poderão ser declaradas em regime de exceção, em casos especiais, por ato do Conselho da Magistratura, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça quando este não for o proponente da medida.

Parágrafo único. Configurada a hipótese de que trata este artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça designará Juiz para exercer, cumulativamente com o titular, a jurisdição na comarca ou na vara, fixando-lhe a competência, definindo a forma de distribuição dos processos e estabelecendo o limite temporal da medida em até seis (6) meses prorrogáveis.

CAPÍTULO II

SERVIÇOS AUXILIARES

Art. 228. Os serviços do foro judicial e extrajudicial, nas comarcas, serão executados por serventuários, funcionários da justiça e agentes delegados com as atribuições previstas para cada um dos correspondentes ofícios, observadas as disposições deste Código e na forma dos anexos I, IV e VI, tabelas 1, 2, 3 e 4.

Art. 229. É mantida a atual constituição dos ofícios da justiça, com as alterações, supressões e acréscimos previstos neste Código.

Art. 230. Nas varas e nos ofícios criados por esta Lei, a constituição das serventias do foro judicial e dos ofícios do foro extrajudicial obedecerá aos critérios estabelecidos para as demais comarcas de igual entrância, ressalvadas as peculiaridades de cada caso.

Art. 231. Em cada Juízo único ou vara servirão, no mínimo, dois (2) Oficiais de Justiça.

Art. 232. Os Oficiais de Justiça, os Auxiliares de Cartório e Administrativos, e os Serventes da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba serão lotados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, enquanto os de idênticos cargos nas demais comarcas, pelo Juiz de Direito Diretor de Fórum, de acordo com a necessidade do serviço.

Parágrafo único. Aos Oficiais de Justiça serão distribuídos, para cumprimento, mandados cíveis e criminais, indistinta e eqüitativamente.

Art. 233. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os ofícios distribuidores, contadores e partidores, de 1º a 5º, terão as seguintes atribuições:

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador e Partidor, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 13ª; das Varas do Tribunal do Júri de 1ª e 2ª; das Varas da Fazenda Pública de Falências e Concordatas de 1ª a 8ª; das Varas de Família de 1ª a 8ª; das Varas de Delitos de Trânsito de 1ª a 3ª, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 12º, Contador e Partidor nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos do 1º ao 6º.

b) 2º Ofício de Distribuidor, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 46ª; da Vara da Auditoria da Justiça Militar; da Vara de Precatórias Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Cível das Pessoas Jurídicas de 1º a 4º.

c) 3º Ofício de Distribuidor, em matéria da Vara da Infância e da Juventude; da Vara da Infância e da Juventude e Adoção; da Vara de Adolescentes Infratores; da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 6º.

d) 4º Ofício de Contador e Partidor, das matérias que não se refiram ao 1º Ofício.

e) 5º Ofício de Distribuidor, em matéria das Varas de Execuções Penais da 1ª e 2ª; da Vara da Corregedoria dos Presídios; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais; da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis, e da Vara de Inquéritos Policiais, no registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Uberaba e Umbará, e nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 13º a 16º.

Art. 234. Na Comarca de Londrina, o 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:

Art. 234. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, os 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:
(Redação dada pela Lei 17210 de 02/07/2012)

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 12ª; e da Vara da Infância e da Juventude, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º a 3º, e nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

b) 2º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 8ª; da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios; da Vara de Família; da Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; da Vara de Família e Acidentes do Trabalho; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, no registro dos atos lavrados no Serviço Distrital de Tamarana, Warta, Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luis e Maravilha.

CAPÍTULO III DISTRITOS JUDICIÁRIOS

Art. 235. Em cada Distrito Judiciário, excetuado o da sede da Comarca, haverá um oficial distrital com as atribuições definidas neste Código.

TÍTULO V COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA CAPÍTULO ÚNICO COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

Art. 236. A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é composta pelo Município de Curitiba, em que se situarão o Foro Central e ainda, pelos seguintes Foros Regionais:

I - Foro Regional de Almirante Tamandaré, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré), Campo Magro (Município do mesmo nome);

II - Foro Regional de Araucária, compreendendo o Distrito da sede;

III - Foro Regional de Campo Largo, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Córregos, Bateias (Município de Campo Largo), Balsa Nova (Município do mesmo nome) e São Luiz do Purunã (Município de Balsa Nova);

~~**III - Foro Regional de Bocaiúva do Sul**, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Adrianópolis e Tunas do Paraná (Municípios do mesmo nome) e Marquês de Abrantes (Município de Tunas do Paraná);~~

IV - Foro Regional de Bocaiúva do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Adrianópolis e Tunas do Paraná (Municípios do mesmo nome) e Marques de Abrantes (Município de Tunas do Paraná), reclassificado em comarca de entrância inicial.

(Redação dada pela Lei 16027 de 19/12/2008)

V - Foro Regional de Campina Grande do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), Quatro Barras (Município do mesmo nome), Jardim Paulista e Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

VI - Foro Regional de Colombo, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraituba e Roça Grande (Município de Colombo);

VII - Foro Regional de Fazenda Rio Grande, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mandirituba (Município do mesmo nome), Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), Agudos do Sul (Município do mesmo nome) e Quintandinha (Município do mesmo nome);

VIII - ...Vetado...

IX - Foro Regional de Pinhais, compreendendo o Distrito da sede;

X - Foro Regional de Piraquara, compreendendo o Distrito da sede;

~~**XI - Foro Regional de Rio Branco do Sul**, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itaperuçu (Município do mesmo nome);~~





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/2015

Projeto de Lei nº. 257/2015
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Ofício nº 310/2015 – Alteração dos artigos 233 e 234 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERA ARTS. 233 e 234, LEI 14.277/2003. DISCIPLINA AS ATRIBUIÇÕES DOS OFÍCIOS DISTRIBUIDORES DA COMARCA DE CURITIBA E DE LONDRINA. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado tem o objetivo de promover a alteração dos artigos 233 e 234 da Lei Estadual nº 14.277, de 30

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, objetivando disciplinar as atribuições dos Ofícios Distribuidores da comarca de Curitiba e de Londrina, de acordo com o quanto disposto 14.277/2003, alterado pela Lei nº 17.585/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".

Assim, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, conforme segue:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, observando o texto do projeto não importa em aumento de despesas eis que versa apenas sobre atribuições dos Ofícios Distribuidores da comarca de Curitiba e de Londrina.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, bem como por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

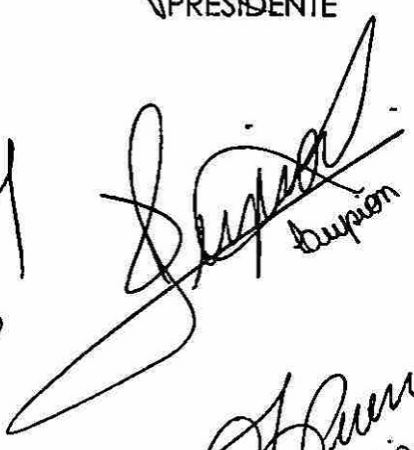

Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR


Dep. Estadual NELSON JUSTUS

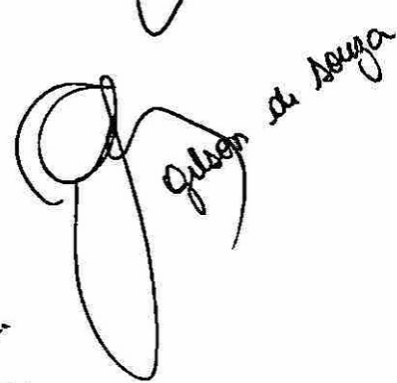
PRESIDENTE


Dep. Estadual LUIZ MULLO


Dep. Estadual DUPRIN


Dep. Estadual CLAUDIA LORISA


Dep. Estadual CARLI


Dep. Estadual GILSON DE SOUZA

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

22/04/15 